

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia**

Beatriz Hiroko Resende Miyazato

**FAVELA DO JAGUARÉ: MIGRAÇÕES, TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
PERIFÉRICO DE SÃO PAULO**

São Paulo
Dezembro de 2019

Beatriz Hiroko Resende Miyazato

**FAVELA DO JAGUARÉ: MIGRAÇÕES, TRABALHO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
PERIFÉRICO DE SÃO PAULO**

**Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia sob a
orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo**

São Paulo

Dezembro de 2019

*“Só o roubo pode salvar a propriedade, só o perjúrio pode salvar a religião,
só a bastardia, a família, só a desordem, a ordem”*

Karl Marx

Sumário

Sumário.....	4
Agradecimentos	5
Apresentação.....	6
Introdução.....	9
Capítulo 1: A Formação do bairro Jaguaré: modernização, industrialização e mobilização do trabalho.....	14
1.1 Os sujeitos da História.....	14
1.2 Centro Industrial Jaguaré: modernização tardia e urbanização periférica	19
1.2.1 Lotes Industriais: propriedade privada, acumulação e mercado de trabalho.....	22
1.2.2 Lotes Residenciais: propriedade privada proletária, mercado de terras.....	28
1.2.3 A Modernização Brasileira Tardia: a produção de um discurso moderno importado como fórmula resolvedora	33
1.2.4 Produção do Espaço – Reprodução do Trabalho: A programação da vida ao trabalho.....	41
1.2.4.1 Reprodução familiar interna: trabalho doméstico não pago.....	46
1.2.5 Primeira conclusão: o desvio enquanto condição contraditória identitária.....	48
Capítulo 2: A formação da favela: reprodução do trabalho e sua urbanização crítica.....	53
2.1 A ocupação como desvio.....	53
2.2 A autoconstrução de moradias: a reprodução do trabalho e ampliação do capital.....	60
2.3 O poder do Estado: “propriedade” ambígua da terra.....	61
2.4 “Autogestão” e relações políticas na Favela do Jaguaré: fetiche de uma “propriedade privada” sob a propriedade pública do Estado, a formação dos patrimônios na periferia.....	73
2.5 Segunda conclusão: Produção do espaço urbano periférico e a forma reprodutiva.....	76
Considerações finais.....	81
Notas.....	84
Referências Bibliográficas.....	85

Agradecimentos

São muitas as pessoas que gostaria de agradecer pela contribuição não só neste TGI, mas também pela minha formação como pessoa e como geógrafa. Mas diante do tempo corrido, sempre a impor a ordem daquilo que é urgentemente criado, sobre a redação e entrega deste trabalho, não foi possível que eu citasse cada um, um por um, como tenho em mente e gostaria. Peço então desculpas a todos que estão e não estão aqui mencionados.

Agradeço primeiramente a minha mãe, meus irmãos, minha vó, meu falecido padrasto e meus bichinhos de grande estimação (gatos e cachorro) por todo apoio e paciência.

Agradeço aos moradores do Bairro do Jaguaré, os quais tive contato e compartilharam um pouco de suas trajetórias e vidas cotidianas.

Agradeço também imensamente aos professores que de diversas formas têm sua presença neste trabalho.

Aos grupos de estudos dos quais participei, principalmente ao “grupo de segunda” (atualmente “quinta”) e também o “grupo de sexta”, que veem se dedicando ao estudo da crise instalada na reprodução do capital, analisada na obra de, entre outros autores, Robert Kurz e Roswitha Scholz. E ao “grupo alienação” da professora Amélia, que traz leituras e interpretações das obras do Marx.

Também agradeço muito aos meus amigos pela força, pelos bons momentos e pelas angústias e melancolias compartilhados desde 2010.

Por fim agradeço ao Carlão, professor e orientador deste trabalho, pelas orientações com toda compreensão sobre a minha pessoa e por toda paciência durante todo o processo de realização desse trabalho, inclusive nestes momentos de finalização. Muito, muito grata.

Apresentação

Este trabalho de estudo de caso e pesquisa representa um processo interno e externo do pesquisador com seu objeto, o mundo na sua mente para fora dela, estudo que levou dez anos, tempo este que atropela a vida e o espaço do pesquisador sujeitado a imposição do trabalho acadêmico, sem remuneração e baixa valorização no mercado, diga-se de passagem, mas de alguma criação fetichista tida como “importância social” criada só aquela subjetivada pelo pesquisador para sujeitar-se a fazer o que faz dominado por uma lógica acadêmica produtivista para pensar os caminhos das supostas ciências da humanidade.

Tempo, este ditador que atropela o corpo do sujeito não distinguindo as crises e os intervalos simultâneos da particularidade da vida cotidiana problematizada nas relações sociais públicas e privadas para realizar uma parcial e interminável análise de entender a teoria dos estudos realizados na academia com a prática cotidiana de vida, assim como suas linguagens. Neste sentido, a busca por um objeto de estudo e tese para finalização deste curso de graduação em geografia se tornou tão demorada e mais confusa no começo, visto que levou-se um tempo para entender o que é a ciência geográfica, o que ela representa na sociedade, o que é a universidade, o que é o corpo docente e discente, o que é para o sujeito trabalhador da pesquisa representar socialmente tudo isso, o que foi piorando. Tem-se uma década de história epistemológica dos conhecimentos processados, e sobretudo depois na análise do sujeito sujeitado universitário as diferentes correntes teóricas e os seus respectivos discursos de método científico que apresentam-se cindidos e singularizados e que até então a tentativa de aprofundar este entendimento e o sentido dele para o trabalho ainda não tem nem previsão de fim, o que não deve mesmo.

Paralelo a essa leitura de se fazer e entender a ciência geográfica surge o conflito para o próprio entendimento de sujeito pesquisador com seu objeto de estudo, uma relação conflituosa e angustiante por contradição identitária, uma vez que foi preciso situar-nos enquanto sujeito social supostamente separado do meio, e que através dessa mediação posta definiria e traçaria o estudo de caso. Contudo, nos últimos quatro anos desse período total algumas outras leituras e entendimentos começaram ser um pouco mais conectados e discutidas na cabeça, uma vez que questionavam de maneira mais

duvidosa e menos banal o olhar sobre a ciência, a vida, o sujeito, a sociedade, universidade, e a própria geografia. Neste sentido, foi possível iniciar a tentativa mais instigadora ou menos iluminista fetichista de ler o mundo, mesmo ainda sendo fetichista acadêmico, que até agora assumimos não dominar por completo ou minimamente tentar entender a teoria do valor e sua crítica cindida, as quais tentamos usar para produzir o conteúdo deste dispêndio de neurônios, dito Trabalho Individual (e coletivo em seus bastidores) de Graduação.

Parece importante também citar o processo institucional doloroso de formação do sujeito social pesquisador para além da sala de aula. O qual se dá através de uma imposição ao trabalho também representado na socialização acadêmica necessária à pesquisa e análise social por meio de estudos e conversas tendo a participação no grupo de estudo “Krisis/ Colapso/ Fictício” (“Grupo de segunda-feira” no LABUR) que tornou-se frequente a presença desde 2012 junto a leitura do livro “O Colapso da Modernização” e outras obras de Robert Kurz dentre outros textos paralelos pertinentes a este debate. Assim como a participação do projeto de pesquisa com a professora Isabel Alvarez para os estudos sobre “Políticas públicas e análise do planejamento urbanísticos dos municípios da região metropolitana de São Paulo” em 2012 e 2013. Participação como aluna e novamente ouvinte em algumas disciplinas ministradas pelos professores: Anselmo Alfredo (Geografia Econômica 2 e Geografia do Estado de São Paulo), Heinz Dieter Heiderman (Historia do Pensamento Geográfico e Migrações e Trabalho), e Amélia Damiani (Teoria e Método em Geografia 2 e Trabalho de Campo). E por fim da graduação a presença no Grupo Alienação (da Professora Amélia de sexta) cujas leituras das obras de Marx, dentre outros autores, ajudaram bastante, também nestes últimos anos.

Somente em 2016 por pressões interpessoais e de violência econômica social a cobrança de um papel fetichista chamado diploma, aparecem exigindo um posicionamento na vida social de sujeição mais sujeitada para o mundo do trabalho, que desenvolvemos um projeto pouco mal formulado na busca impositiva apressada de definir um objeto de estudo que fizesse sentido até o momento para aquilo que buscamos entender e estudar com as práticas e problematizações empíricas urbanas impostas no espaço da vida cotidiana no bairro Jaguaré com a teoria estudada nos momentos mediados pela universidade. Com isso, o projeto de iniciação científica “Favelas de São

Paulo: modernização e democratização da crise do trabalho” tentava tensionar parte dos estudos e pesquisas realizados com o projeto “Políticas públicas e análise do planejamento urbanísticos dos municípios da região metropolitana de São Paulo”, em 2012-2013, outrora desenvolvido com a professora Isabel Alvarez, pensando a partir da crítica ao urbanismo fetichista em discutir e desconstruir a lógica marxista afirmativa das categorias do capital, no sentido de criticar os documentos urbanísticos do planejamento territorial, sejam eles os Planos Diretores Municipais e o Estatuto da Cidade de maneira que pudessem nos ajudar a problematizar já precocemente o processo de produção do espaço, a crítica tecnicista ao urbanismo e seu discurso técnico e entender a favelização e a reprodução capitalista sobre o modo de vida dos sujeitos na favela.

Não por acaso, a Favela Nova Jaguaré foi escolhida. Ela faz parte da paisagem cotidiana de nosso trajeto e conhecimento corriqueiro, local o qual nos deparamos quase todos os dias pelo fato de estar próxima a Marginal Pinheiros por onde transitamos cotidianamente para acessar a USP, e que ao longo dos últimos anos, tem nos chamado atenção e levantado questionamentos devido ao seu crescimento constante. Trata-se de uma área de ocupação informal e autoconstrução de moradia sem ordem juridificada em lei (aquela dada por projetos de arquitetos e engenheiros aprovadas em cartórios) apropriada por trabalhadores migrantes desapropriados de terra e trabalho formais.

A resposta que se faz a respeito da escolha do tema “favelas”, sobretudo a Favela do Jaguaré, nosso objeto de estudo, era e ainda é encontrar o pesquisador implicado com a crise do trabalho aplicada ao processo de produção do espaço urbano periférico e as relações sociais desdobradas. Trata-se do incômodo permanente dentro das práticas de deslocamento urbano sejam de trajetos de automóvel, bicicleta, a pé ou transporte público coletivo (trem e microônibus) pelo bairro, que atravessa nossa análise da deriva, um itinerário e incômodo implicado permanentemente. A busca para entender como ocorrem as reproduções da lógica e modo de vida dos trabalhadores e sua relação com o espaço diante da crise imanente que os atingem na forma mercadoria. Isto é, nas contradições postas pela sociedade produtora de mercadorias para a vida dos moradores de favela. Porque a forma de ser a propriedade privada da terra já é um processo violento de contradição e injustiça espacial econômica.

Nos questionamos sobre vários aspectos da pesquisa e estudos sobre ocupação em favelas a partir de pensamentos sobre economia política do espaço. Se as favelas não são propriedade privada, ou se foram não são mais sobre a atual configuração e consolidação, ou mesmo são “propriedades privadas do Estado”, também chamadas de propriedades públicas, seriam estas uma forma de apropriação da terra em outro lugar, uma vez que outrora foi expropriada para impor ao mundo do trabalho?

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de graduação investigamos a periferia paulistana em específico o processo de sua favelização. De modo que, propusemos neste estudo compreender a formação da Favela Vila Nova Jaguaré como derivação do processo de modernização brasileira entendido a partir da reprodução dos sujeitos trabalhadores enquanto mercadorias forças de trabalho implicados pela mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) à lógica do capital de assalariamento. Buscamos problematizar o surgimento desta favela em São Paulo por volta de 1962 a partir dos desdobramentos do processo de “modernização retardatária” do país (Kurz, 1993), intensificado a partir de 1930, em que a expansão industrial da cidade contribuiu para a metropolização e surgimento das fronteiras periféricas e sua produção do espaço e reprodução social. Damos um enfoque, sobretudo nos espaços urbanos formados a partir das condições de renda refletidas em tipos de moradias do migrante, expressas na constituição de sua família sujeitada à lógica de sua reprodução crítica do trabalho.

Trata-se portanto, do desdobramento do processo de valorização do valor enquanto totalidade, que tem seu sentido na “territorialização do capital” (Toledo, em Giavarotti, 2012) através da lógica acumulativa de capital para a escala nacional, em que concentra valor em determinados espaços e contraditoriamente desvaloriza outros. Deste processo derivam simultaneamente dois outros processos, o de valorização de trabalho e de terras, formando respectivamente mercado de trabalho e mercado de terras ao espaço de concentração de capitais. Tem-se assim o sentido do processo de produção do espaço urbano a respeito daquilo que Vainer (1984) aponta como “mobilidade espacial dos corpos” tendo a “migração como forma capitalista e processo da constituição do espaço”.

Este trabalho buscou problematizar as questões habitacionais em que permeiam os debates sobre a questão fundiária da terra urbana periférica e sobre a produção do espaço enquanto forma e processo (Vainer, 1984) tendo os diferentes momentos históricos migratórios para São Paulo como análise crítica. Isto é, a mercadoria espacial produzida a partir da mobilidade do trabalho e formação da mercadoria força de trabalho em São Paulo de modo simultâneo. A discussão da formação da Favela do Jaguaré e chegada dos moradores nas décadas de 60 e 70, diante da formação de um mercado informal da “propriedade informal” sem “juridificação do Estado” (Giavarotti, 2012) de parcelas de terras públicas e barracos dentro da área ocupada, problematizando os processos de mercantilização das unidades desta moradia autoconstruída através da compra e venda desta mercadoria informal, o debate econômico de produção de valor desta mercadoria espacial em relação a mercadoria força de trabalho, ambas a margem de seus respectivos mercados, realizados em sua desvalorização.

Em primeiro momento da pesquisa e estudos discutiremos a formação do Projeto do Bairro Jaguaré, a partir da análise do livro *Urbanismo e Indústria em São Paulo* (1946), analisado como documento histórico em que o autor idealizou o projeto que deu origem ao nomeado Centro Industrial Jaguaré. Trata-se do herdeiro de capitais do café, Henrique Dumont Villares, o qual comprou uma gleba inteira destinada a tipos de loteamento industrial e loteamento operário residencial, cujo objetivo era aplicar capitais agrícolas na modernização pela intensificação da indústria, tendo como rendimento aos negócios imobiliários a expansão periférica da cidade de São Paulo.

A industrialização do Jaguaré enquanto momento da expansão do capital urbano-industrial para às áreas periféricas de São Paulo, sobretudo nas décadas de 40, 50 e 60, produziu uma “segregação espacial” (Damiani, 1995), em que revela a produção do espaço do bairro quando se contradiz na sua forma de “produção de riqueza e pobreza”. A esta expansão do centro industrial da metrópole aponta a concentração de capital empregado às indústrias gerado a partir da produção e reprodução da força de trabalho ali concentrada produtora do espaço periférico e dos aglomerados pobres, tendo as favelizações enquanto fronteiras de escasso capital empregado, desdobradas de uma “urbanização crítica” (Damiani, 2000). Sob esta condição urbana o espaço revela às

formas de valorização do trabalho, da terra e do capital para a formação do distrito Jaguaré, em sua forma autonomizada e crítica.

O trabalhador migrante em São Paulo a partir de 1950 já fazia parte do “exército industrial de reserva” transformado em mercadoria força de trabalho. A própria metropolização paulistana é a condição de existência das migrações, em que os sujeitos livres deslocam-se “deliberadamente” de regiões que os “liberam” para outras que as “recebem” (Gaudemar, 1977). Neste trabalho constatamos os diferentes momentos dos fluxos migratórios que compuseram a configuração do Jaguaré por seus trabalhadores-migrantes. Dentre os quais desdobram-se em dois processos principais que damos destaque: o primeiro a formação do bairro em 1940 e 50, cujo o sentido buscava aumentar o capital urbano-industrial através da ampliação do mercado de trabalho e seu mercado de terras possibilitando condições de assalariamento e a compra de lotes e residências operárias no bairro, destinadas sobretudo aos imigrantes europeus baseado em pensamentos higienistas de branqueamento. E o segundo, a formação da Favela, enquanto condição de abrigar a população migrante nacional de menor valorização no mercado de trabalho, aquela responsável pela construção civil do bairro e do chão da fábrica, cujo trabalho temporário ou braçal não lhes garantiram permanente renda e assalariamento industrial além da sobrevivência, são estes parte dos primeiros migrantes da produção de obras do bairro, e os tardios das décadas de 60 e 70, de outras regiões do país, descendentes de escravos, índios e mestiços.

Então, em segundo momento deste trabalho, trataremos da formação da Favela do Jaguaré como desvio do processo de valorização do trabalho e do espaço, enquanto condição contraditória identitária da urbanização formal do Jaguaré. Trata-se de uma alternativa encontrada ao trabalhador excluído dos moldes formais do trabalho, este cujo salário justifica sua moradia e permanência, sendo a sua própria reprodução na crise do trabalho. Na tentativa de entender o espaço da favela, buscamos entender quem são os sujeitos sujeitados a este tipo de moradia e os processos que desdobram em suas condições. Diante disto, a leitura de Oliveira (2003) aponta a exploração do custo com o trabalhador refletida no baixo salário e na autoconstrução de moradia, mas que ainda não aponta para explicar a especificidade desta moradia destinada aos migrantes

trabalhadores do colonialismo brasileiro, questão esta ainda não resolvida para este trabalho.

Usamos também como fonte de informações a tese da professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Suzana P. Taschner em “*Moradia da pobreza: habitação sem saúde*” (1982), volume 2, em que ela apresenta dados e um vasto material descritivo de trabalho de campo sobre os moradores da favela do Jaguaré nos anos de sua formação, em conversa com os primeiros moradores da favela e com sua organização coletiva daquele momento. Este material nos serviu para tentar entender a problematização do processo de apropriação das terras públicas faveladas transformadas em pseudo “propriedades privadas” e a disputa fetichista desta relação entre os moradores e o espaço, na medida em que o Estado mediava esta relação de modo remoto e ambíguo.

A preocupação em estudar a produção do espaço urbano, sobretudo em áreas de favelas, tem a ver com um questionamento do próprio sujeito pesquisador em duvidar e tensionar a reprodução das famílias e seus cotidianos para manterem-se na lógica da vida do trabalho. O estudo do cotidiano dos moradores com o espaço e suas relações sociais dentro do território que constituiu a Favela do Jaguaré, pensando também o papel de agentes externos intervindo sobre a forma de organização dos moradores na favela na década de 70, e o papel do Estado como “legitimador” do status jurídico ambíguo oferecido pelo processo de ocupação gradual desta favela.

Ao estudar o espaço da “favela”, o geógrafo está implicado a entender a lógica espacial como um todo formado por partes, isto é, a favela pra ele é um território onde abriga uma população de trabalhadores-migrantes transformados em mercadoria força de trabalho com uma reprodução social produtora de uma lógica na produção do espaço, do vivido ao global, o modo de vida e a relação com o espaço sendo consumidor dessa mercadoria precária para sua reposição energética, chamada barraco. Diferente para os urbanistas e arquitetos que enxergam apenas como espaço físico estético irregular a ser resolvido pela técnica do pensamento formal. Estudar a mercadoria espaço, é sobretudo, estudar a economia política aplicada ao espaço que envolve tudo e a todos pela sua forma reprodutora das relações sociais fetichistas, sendo o espaço e o tempo as dimensões orgânicas centrais do capital, pois se trata da completude/fundamentos das categorias terra, trabalho e capital. O trabalho é criado a partir da divisão para exploração do espaço

e dimensionado pelo tempo. Desta relação materialista, espaço-temporal que a categoria trabalho cria valor e acumulação do capital.

Em princípio, a adoção do território da favela como objeto de estudo nos revela uma preocupação conceitual não fechada, isto é, questionamos como estudar este objeto sem que determinamos conceitos acabados da ideia de favela enquanto espaço homogêneo, vulgarmente considerado como local do crime organizado, da violência, da espacialização racial, da promiscuidade, da insalubridade, da ilegalidade e irregularidade, da “invasão”, onde impera a barbárie, a clandestinidade de serviços urbanos (energia elétrica, saneamento básico, coleta de resíduos domiciliares) e todas as maneiras preconceituosas e pré-existentes. Nossa tentativa de não vulgarizar e nem banalizar esse território faz parte de uma posição que foge das definições urbanísticas que visam resoluções de problemas de âmbitos estéticos e infraestruturas-urbanísticos apenas. Abordaremos a favela enquanto território onde localizam-se trabalhadores e suas famílias para suas reproduções sociais básicas cotidianas, respeitando toda lógica social ali presente e vivenciada por seus moradores, assim associamos o termo favelado para o trabalhador migrante morador da favela.

Em relação a lógica do sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1993), buscamos questionar o problema habitacional ao que se refere em como as condições precárias de moradia da força de trabalho superexplorada em São Paulo afetariam as necessidades de acumulação, ou vice-versa, isto é, o comportamento e desempenho da acumulação do capital em relação ao comportamento e desempenho da força de trabalho. Entender a ampliação das favelas e suas densidades nos anos 1960, 1970 e 1980 a partir do processo de modernização e desenvolvimento econômico do país, através da industrialização e consequente urbanização, e posteriormente o início do colapso desta modernização (Kurz, 1993) e desdobramento caótico da sua urbanização crítica (Damiani, 1994) a partir já dos anos 1980. No Jaguaré, a Favela se torna um adensamento de crises sobre a reprodução das famílias.

1.A Formação do bairro Jaguaré: modernização, industrialização e mobilização do trabalho

1.1 Os sujeitos da História

A história de um lugar, também é a história de seus moradores, proprietários ou sujeitos produtores do espaço pela lógica do capital, daqueles que “personificam o trabalho” e reiteram “a violência pressuposta na constituição da propriedade privada e da sociedade produtora de mercadorias” (Giavarotti, 2012). Em entrevista na ocasião para esta pesquisa sobre a história do Bairro Jaguaré, quando perguntado aos antigos moradores, tanto Zilda, Ditão quanto Clara, nos relataram da história que têm e lembraram do bairro de acordo com suas respectivas vidas, experiências e conhecimento sobre o vivido por suas famílias e conhecidos vizinhos, sobre suas trajetórias e relações sociais da vida para o trabalho no espaço local. Ambos moradores caracterizam o bairro pelas suas memórias do cotidiano. Zilda e Clara, embora localizadas em casas de terrenos distantes no mesmo bairro e em condições socioeconômicas distintas, desdobradas de condições migratórias singulares: uma de família de pais portugueses, descendente dos brancos europeus com um punhado monetário reservado a migração; a outra de família de pai escravo com mãe índia, apenas com a “força de trabalho” para vender e a “cara e a

coragem”. Ditão, nascido na Favela do Jaguaré, pertence a outro momento migratório já posterior de seus pais para o bairro, condição de sua trajetória. São histórias diferentes produzidas pela mesma lógica da mobilidade do trabalho para o espaço.

Moradora do designado Bairro Industrial Jaguaré ha 55 anos desde quando nasceu em 1964, **Zilda Vicente de Paula**, é a terceira de quatro filhos de pais migrantes, que vieram para cidade, os quais relatou em entrevista: *“pra tentar a vida aqui em São Paulo, com a cara e a coragem”*. Sua mãe era índia, veio ainda moça de Piracaia, interior, chamava-se Ignácia, falecida a 7 anos atrás, e era dez anos mais nova que seu pai, o qual conheceu no bairro. Seu pai, também falecido a 28 anos atrás, chamava-se João, mais conhecido como Zinho (de Joãozinho), de origem mineira, da região de Belo Horizonte, migrou para Jacareí, e de Jacareí para São Paulo, descendente de escravos, como nos afirma quando relata sobre sua origem paterna: *“A vó do meu pai, morou aqui com a gente, ela era cega, ela serviu no tempo da escravidão, ela serviu o povo na casa grande. Tanto é que ela chamava minha mãe de “sinhá”, minha tia de “sinhá”, porque ela era escrava. Família do meu pai era escravo, minha mãe indígena.”*

Zilda tem 5 filhos e 9 netos, e não tem marido, nos relata este fato com exaltação. Mora na casa de seus pais, uma das primeiras do bairro, na casa da frente que seu pai e seu tio construíram aos poucos juntos, em um dos terrenos do loteamento vendido pela Imobiliária do Bairro, que seu pai pagou a longas prestações, localizada do outro lado da rua que em frente está a ocupação da Favela do Jaguaré. No mesmo terreno aos fundos, atualmente mora seu irmão, na primeira casa construída por seu tio e pai e ambas às famílias moraram juntas. *“Isso porque o meu tio era mestre de obra (pai de Ditão). Eles vinham todo dia de noite tirar terra, porque aqui era barranco puro, é tanto que a casa fica lá em cima (casa dos fundos). Essa casa é feita de barro, não é cimento, não tem nem coluna. Meu pai trabalhava nesta firma, que chamava CeraPrint, desse forro (de teto) aqui.” “E o dono da empresa que ele trabalhava (se referindo a CeraPrint), morava aqui perto da (avenida) Presidente Altino, ainda tem lá a casa.”*

Tanto a família de seu tio, irmão mais novo e de seu pai antes de morarem na casa em terreno comprado, tanto seu pai, sua mãe e tio moravam todos no barracão, afirma Zilda, onde fizeram atualmente um heliporto próximo da Ponte do Jaguaré. A moradora

filha de migrantes, é prima de Ditão, outro morador entrevistado, que mora na favela, filho de seu mesmo tio citado anteriormente, a quem se refere ter convivido junto anteriormente. *“É, mas antes deles morarem lá em cima, na favela, eles morou aqui com a minha mãe. Eles moraram duas vezes com a minha família. Meu pai é o mais velho.”*

Zilda é doméstica/diarista, assim como sua mãe foi, nos conta que sua mãe começou cedo e trabalhou 40 anos na mesma família, primeiro para tia da “*ex-patroa*”, sem poder aposentar porque ambas às patroas, não registraram e portanto não pagaram INSS para sua mãe. Seu pai, sim aposentou como “*galvonoplasta*” (galvanoplasta) pela antiga Comerit, mas segundo Zilda, trabalhou bastante em diversos tipos de empregos por ali. *“Só quando meu pai começou a trabalhar na Comerit deu uma melhoradinha.”*

Clara, moradora desde que nasceu no Bairro Jaguaré em 1960, tem 59 anos de idade, é a mais velha das 3 filhas de pai e mãe migrantes de Portugal, relata que seu pai chegou ao Brasil em 1954 e sua mãe em 1957. Quanto ao motivo da migração afirma que *“os portugueses vinham pra cá pra tentar uma vida melhor”,* pois *“pra vir pra cá tinha que ter alguém responsável por eles, ai eles faziam uma carta, esse alguém ficava responsável, eles vinham procurar emprego. Só que naquela época eles trabalhavam no bar ajudando uma pessoa, fazendo faxina em hotel, eram essas coisas”.*

O português pai de Clara, como ela mesma afirma veio por intermédio de algum parente ou conhecido de família lá de Portugal com uma pequena ajuda financeira inicial provida da família, e quando morou aqui ficou com esse “responsável” até conseguir se estabelecer sozinho. *“Depois ele começou com a feira, tinha uma banca na feira, ele e minha mãe.”.* Nesta ocasião, segundo Clara *“ele morava de aluguel e comprou o terreno (no Jaguaré), foi trabalhando e comprou, ai construiu a casa de trás, ai minha mãe já estavam aqui, quando eu nasci, em 1960.”* Posteriormente, ele já com seu irmão, comprou um bar na rua “*Viridiana*” na Santa Cecilia, onde ao lado tinha um estúdio ligado a multinacional RCA, o que fez com que conseguisse um emprego para Clara na RCA, no Jaguaré através desses momentos derivados do cotidiano que envolvem o trabalho e tempo livre. Ele e seu irmão compraram outros terrenos no Jaguaré, que seu tio alugou e depois revendeu para morar na Pompeia, afirma.

Nos anos 50, quando seu pai comprou um terreno no Jaguaré, afirma Clara que só tinha uma casa além da sua na mesma rua. O bairro era bastante rural, com aparência e convívio de *“cidade do interior”*. Cada terreno tem uma metragem e esta localizado numa área considerada *“brejo”*, isto é, mais aplainado, seu pai construiu a casa logo atrás no terreno, deixando a frente para plantação. Afirma Clara *“então como meus pais já vinham de plantação que trabalhavam em interior (vida rural em Portugal), então tinha plantação de mandioca, uva, pêssego, morango, couve, salsinha, tinha tudo essas coisas. Ai as casas não tinham muro era tudo cerca, meu pai tinha coelho, pimentão, era tudo horta, tudo se fazia no terreno. Às pessoas se ajudavam, não vendia, dava pra vizinha que conhecia.”*

Quanto ao tipo de edificação, Clara relata sobre a autoconstrução de sua moradia aos fundos do terreno: *“a maioria das casas eram tudo atrás, cada um construiu quando pode a sua maneira. E naquela época, não era cimento, os tijolos eram assentados com barros, não é que nem hoje, é tijolo com barro. Se você for ver no interior é tudo assim, antigamente era assim, não tem coluna, mas a coisa assim é tranquila, aqui era tudo de barro, a rua era de terra.”*

Clara e suas irmãs, trabalharam em algumas empresas no Jaguaré, a maioria indústrias. Ela começou na rede de supermercados Morita, depois foi para multinacional RCA, fábrica de discos vinil, trabalhando em escritório no setor de compra, venda e direitos autorais. Esta empresa vendeu tudo a Sonymusic, e deixou de existir para tornar-se produção de CDs no Rio de Janeiro, segundo o relato da moradora. Posteriormente, Clara trabalhou 13 anos na Novel Print. Já sua irmã conseguiu trabalho na Givaudam também multinacional, indústria de essências, empresa que ainda existente no bairro comentou. E a outra das irmãs, trabalhou na antiga Cooperativa (Agrícola de Cotia), a qual não existe mais (Clara).

Benedito Vicente de Paula Junior, mais conhecido como **Ditão**, ou Ditinho como comentou Zilda sua prima, mora desde que nasceu em 1963 no Jaguaré tendo 56 anos de idade atualmente, e é o sétimo de nove filhos de seus pais migrantes de Avaré, interior de São Paulo. Nasceu já habitando na favela do Jaguaré, mas antes de se mudarem para lá, nos conta que seu pai morava na Lapa e trabalhava com construção civil no Alto da Lapa.

Nos relata ser uma das primeiras famílias a ocuparem a área da favela, quando seus pais vieram *“já foram entrando e morando”* eram vizinhos de Dona Maria e Seu Amadeu, só existiam só duas famílias além da sua, no terreno que *“era tudo mato”* e roçado de mandioca e cana de açúcar, relembra, as ruas eram de barro. Seu barraco de madeira era enorme com telhas de zinco e barro, tinha 5 cômodos grandes, que seu pai construiu, assim como alguns móveis improvisados, e dentro o chão era de terra.

Seu pai já falecido, foi a vida toda *“mestre de obras”* e sua mãe, **Dona Cida** ainda viva, *“dona de casa”* se dedicava as crianças e aos serviços domésticos que eram muitos e difíceis na condição da época na favela. Ditão exalta o trabalho, começou a trabalhar desde cedo para ajudar a família, que nos conta que em sua infância passava necessidades. Afirmou: *“Tive que trabalhar cedo. Era uma época difícil, eu não cheguei a passar fome, mas meus irmãos passaram necessidade, cada um foi tendo que pegar um trabalho e tiveram que ter uma participação em casa. Eu peguei só um pedacinho disso daí (desse momento difícil de necessidades).”* Ditão começou a trabalhar de motorista desde 23 anos de idade, depois não mudou mais, atualmente é motorista rodoviário, também denominado caminhoneiro, uma categoria mais avançada entre os motorista, de lá pra cá só mudou de empresa mas não de profissão, e trabalha numa transportadora chamada Irmãos Pelúcio.

Henrique Dumont Villares, pertenceu a uma família de grandes posses nos estados de Minas Gerais e São Paulo, característica importante de salientar já que suas relações sociais e visão política são aquelas reproduzidas por um grupo de interesses dentro da história e ideologia do desenvolvimento do Estado Brasileiro. Villares nasceu em 1892 em São Paulo - SP, e faleceu em 1960. Filho de Guilherme de Andrade Villares e Virginia Dumont, esta irmã mais velha de Alberto Santos Dumont, o inventor do avião, tem sob o tradicionalismo familiar para administração dos negócios a profissão de engenheiro, e assim como seu tio aviador e seu avô o *“rei do café”* também se formou na Europa, em seu caso no Instituto Agrícola de Gembloux (Bélgica) (1) em engenharia agrícola já que seu patrimônio familiar provinha sobretudo da cafeicultura. Villares porém, estava situado num momento histórico do início do processo de modernização do

Estado, assim suas ideias foram formadas a partir da lógica da transformação da sociedade brasileira como aponta em seus livros.

No Brasil, Henrique Dumont Villares, dedicou-se a agricultura trabalhando na fazenda de seus pais em Avaré, interior de São Paulo. Mais tarde fixou residência na capital, em 1927 morava na Avenida Paulista, dedicando aos estudos urbanísticos e negócios imobiliários, projetou o atual bairro do Jaguaré, para a intensificação do processo de industrialização. Escreveu os seguintes livros: *Ligeiras notas sobre economia agrícola* (1931) *Contribuição para o estudo do problema econômico do café* (1933) *São Paulo Industrial* (1937) *Urbanismo e indústria em São Paulo* (1946) *Quem deu asas ao homem - Santos Dumont - sua vida e sua glória* (1953).

Pertencente a uma família abastada de origem francesa que teve início no Brasil pela migração de François Dumont e sua esposa Eufrásia Honore, financiados com o objetivo na mineração de pedras preciosas em Minas Gerais, que alimentariam a indústria na França de seu sogro, um ourives. O casal teve três filhos, cujo cabe a este trabalho apontar o nome de Henri, aporuguesado ‘Henrique’ Dumont, que estudou na Escola de Artes e Ofícios de Paris (Faculdade de Engenharia) avô de Henrique Dumont Villares. Que no Brasil prestou serviços a Prefeitura de Ouro Preto assumindo a empreitada da construção de parte do trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (depois chamada Central do Brasil), na subida da Serra da Mantiqueira.

Henrique Dumont posteriormente migrou com sua família para o Estado de São Paulo, próximo a Ribeirão Preto onde haviam “terras roxas” para investir na plantação de café. Comprou a Fazenda Arindeuva, que se tornara Fazenda Dumont chegaram a ter 60 fazendas e 5,7 milhões de pés de café, produzindo 4 milhões de sacas por ano. Com o objetivo na ampliação dos negócios agrícolas do café, Henrique Dumont estimula o desenvolvimento na região e maior circulação dessa mercadoria por meio da construção da estrada de ferro, a Companhia Mogiana, inaugurada em 1883. Através dela, centenas de migrantes, principalmente italianos chegavam para substituir paulatinamente o “braço escravo” (2) em Ribeirão Preto. Sendo um beneficiamento aos negócios, a fazenda de Henrique Dumont tornara uma das mais modernas, obtinha 30 quilômetros de ferrovia e sete locomotivas ampliando os negócios. Ele assim ficou conhecido como “rei do café”. Antes mesmo de seu falecimento, visto que estava mal de saúde, Dumont vendeu todo o

negócio à Companhia Melhoramentos do Brasil em 1894, que posteriormente transferiu a propriedade a um grupo de capitalistas ingleses, que constituíram a “Dumont Coffee Company”. Com o grande montante da fortuna Dumont tirou-lhe sua parte e repartiu o restante entre seus oito filhos (Villares, 1953).

Após esta breve trajetória do patrimônio econômico da família Dumont, podemos entender o momento histórico da reprodução das ideias desenvolvimentistas do engenheiro agrônomo e considerado urbanista, Henrique Dumont Villares, comprador e projetista da gleba do Jaguaré, sob o ponto de vista do grupo social o qual pertenceu, aquele tradicionalista dono de grandes capitais e propriedades paulistas.

1.2 Centro Industrial Jaguaré: modernização tardia e urbanização periférica

Na tentativa de entender a formação das partes por suas particularidades, em escala geográfica menor a partir da relação constituinte com o todo, o sistema mundial econômico, buscamos nesta pesquisa estudar a formação da localidade denominada Jaguaré. Buscamos entender os processos decorrentes de sua gênese diante do processo de modernização brasileira em seu período histórico determinado dentro do contexto histórico global de desenvolvimento econômico nacional. O que Robert Kurz (1993) afirmou ser uma situação de modernização retardatária em relação ao capitalismo mundial, onde a princípio se teria estabelecido um processo originário de modernização centralizado na Europa em que se baseou a forma industrial para acumulação de capital nos moldes da formação de um sistema produtor de mercadorias como modelo a ser seguido nos países tornados Estados-nacionais diante da forma de se estabelecerem na economia global pela divisão territorial do trabalho e formação das regiões de maior ou menor valorização e inerente “territorialização do capital” (Toledo, em Giavarotti, 2012). Isto porque, tornou-se cerne do discurso do desenvolvimentismo econômico às formas de maior exploração e da formação massiva da força de trabalho concentrada, deixando para trás o modelo agrário colonialista de acumulação, reificando a economia nacional em seu processo transitório derivativo para adoção do modelo moderno industrial tanto para o campo quanto para as cidades.

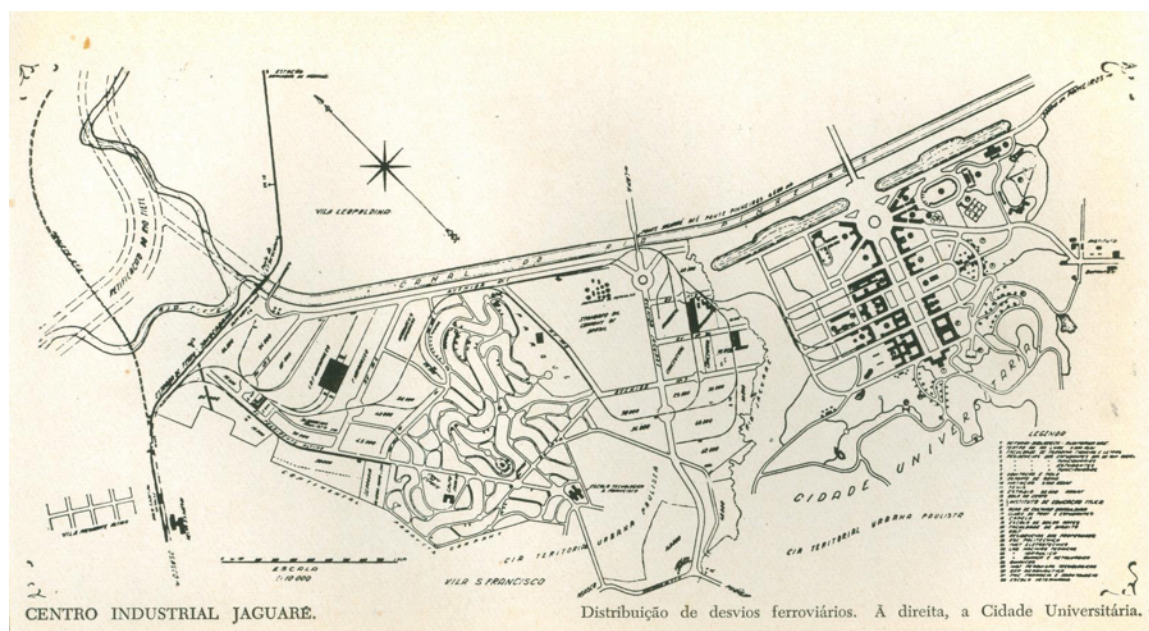
Diante deste contexto analisamos parte da criação e fomento do discurso desenvolvimentista embasado sob a teoria modernizante elaborada nos ditos países centrais da economia capitalista na tentativa de sua aplicação aos países da periferia capitalista mundial. Pegamos para exemplificar e analisar essa lógica formal de Planejamento, o projeto de Dumont Villares em que através da produção de um discurso moderno importado pronto tenta reproduzi-lo para o território nacional brasileiro, cujo sentido está na produção do espaço urbano-industrial enquanto fórmula rentista disfarçada de “desenvolvimento social”, como afirma o loteador em seu livro que projetou o Bairro Jaguaré.

A partir desta proposta de estudo, investigamos formas estratégicas do pensamento econômico que o discurso corroborava e alimentava o processo de formação do modelo nacional-desenvolvimentista baseado na polarização desenvolvimento versus atraso para apontar os rumos do modelo moderno-industrial-urbano adotado pelo Estado a sua “territorialização do capital” para a região “Centro-Sul” (Oliveira, 1977). Encontramos personificando tal modelo de pensamento a figura do paulista Henrique Dumont Villares, engenheiro agrônomo mas também considerado urbanista e autor do livro *Urbanismo e Indústria em São Paulo* publicado em 1946 o total de apenas 5000 exemplares desta obra, cada um enumerado, o que indica uma preocupação ao acesso e intenção da publicação do livro, cujos apontamentos tem como finalidade produzir para comercializar o seu loteamento dito Centro Industrial Jaguaré.

Em suas obras anteriores, *“Ligeiras Notas Sobre Economia Agrícola”* (1931), *“Contribuição para o Estudo do Problema Econômico do Café”* (1933) e *“São Paulo Industrial”* (1937), assim como os títulos sugerem, em *Urbanismo e Indústrias em São Paulo* (1946), Villares aponta um interesse em registrar por meio da publicação de livros um novo pensamento sobre a transição econômica de São Paulo no sentido de sua modernização reificada em indústrias. Trata-se da pretensão desse autor em trazer um estudo iluminista europeu como molde que convença a sociedade capitalista brasileira, sobretudo paulista às novas formas de acumulação do capital por meio da industrialização expressiva de acordo com a *“situação privilegiada”* geograficamente de São Paulo: *“A par da energia, coragem e espírito de iniciativa da população paulista, é preciso*

acentuar o fator econômico que, resultando da lavoura especializada, permitiu a formação de avultados capitais em busca de aplicação”(Villares, 1946).

O projeto imobiliário que deu origem ao proposto “Centro Industrial Jaguaré”, como na imagem do mapa abaixo, visava implantar um loteamento industrial e outro residencial operário em resposta a demanda de expansão da industrialização de São Paulo. A industrialização crescente na cidade, fazia parte do plano de modernização em que o Estado brasileiro tardiamente (Kurz, 1993) alavancou em 1930, diante do contexto global. O Brasil passava pelo período histórico de modernização pressuposto do seu processo de “acumulação primitiva” (Kurz, 1993), uma vez que as demandas do capital estabeleciam a conjuntura do espaço para o território nacional. Deste processo de acumulação primitiva produz aquilo que Oliveira aponta ser o sentido de uma “regionalização” brasileira produzindo valorização desigual do território. Tem-se desdobrado deste processo a migração pela mobilidade do trabalho, que Vainer (1984) elabora como forma e constituição capitalista do espaço pelo deslocamento e formação também dos corpos enquanto mercadorias forças de trabalho.



FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo* (1946), Henrique Dumont Villares

1.2.1 Lotes Industriais: propriedade privada, acumulação e mercado de trabalho

Com o objetivo de atrair e convencer capitalistas paulistas a instalarem suas indústrias no novo distrito industrial o loteador e proprietário de toda a gleba que atualmente refere-se ao bairro Jaguaré, Villares, também dono da Sociedade Imobiliária do Jaguaré, elaborou seu projeto de acordo com uma “valorização da terra” (Seabra, 1987) de acordo com as “melhorias investidas” (Villares, 1946) executadas nesta porção. Isto é, o aplainamento de grandes lotes nivelando às curvas de nível próximas às margens do recém retificado Rio Pinheiros nos anos de 1930 e também contendo a presença da malha ferroviária, além de planejar o bairro a atrair operários que trabalhariam nestas indústrias promovendo uma infraestrutura e um modo de vida programado. Como consta em seu livro, cujo o planejamento do bairro atraiu grandes e médias indústrias, o proprietário registra o nome delas, dentre as quais do grupo Matarazzo (S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo).

A área do bairro que atualmente é denominado Jaguaré teve uma origem iniciada a partir da ocupação da área de várzea do Rio Pinheiros próximo ao bifurcamento com o Rio Tiete, tendo apenas poucas casas em terrenos rurais de fazendas e chácaras pertencentes a imigrantes portugueses e húngaros desde 1920. Em 1935 foram comprados 3 milhões e 750 mil metros quadrados delimitados pela várzea do Rio Pinheiros, pelo Ribeirão Jaguaré, pela antiga estrada de Osasco (atual Av. Presidente Altino) e pela estrada de ferro Sorocabana (pertencente a antiga FEPASA), a pertencer a Cia Imobiliária da família Dumont Villares, também chamada Sociedade Imobiliária Jaguaré.

Segundo Seabra, o Estado foi responsável indiretamente pela valorização das terras das várzeas através do estímulo ao ‘aproveitamento’ territorial, financiando a retificação do Rio Pinheiros pela canadense *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*. Os compradores e proprietários da gleba do loteamento Centro Industrial Jaguaré, pagaram a *Light* pelo nivelamento do terreno através de desmonte hidráulico e aterros próximo a várzea a fim de implantarem um loteamento industrial e para as áreas acidentadas remanescentes um loteamento residencial operário. Para Seabra “*estes terrenos de várzea e baixos terraços foram reservados para grandes projetos que interessam, na atualidade, aos grupos econômicos. Disto decorre o montante dos investimentos públicos aí concentrados... O uso do espaço das várzeas bem como dos espaços circundantes foram estrategicamente pensados visando assegurar a valorização*

das propriedades nessa localidade.” (Seabra, 1987) Trata-se neste momento da eletricidade trazida pela empresa de capital canadense enquanto uma valorização do espaço contida no processo de modernização através do agrupamento dos “elementos materiais de uma sociabilidade tipicamente moderna” a qual Giavarotti (2012) aponta ser uma “pré-condição” à industrialização de São Paulo consolidando-a como um “centro modernizador” (Toledo, em Giavarotti, 2012).

Os loteamentos que abrangem a área de margem aplainada do Rio Pinheiros e parte das colinas acidentadas próximas ao Ribeirão Jaguaré, surgiram para implantar respectivamente um complexo industrial de grupo de empresários paulistas, e consequentemente sua demanda de força de trabalho, também planejada para locar-se por ali, visando sua maior exploração justificados pelos baixos custos de salário, como mesmo afirmou o autor em seu livro. Todo o empreendimento foi projetado pelo mesmo Villares diretor e engenheiro agrônomo da Cia Imobiliária Jaguaré, inspirado em empreendimentos em Manchester, Detroit e Chicago. O novo distrito estaria distante 12km do centro da cidade e próximo a bairros tradicionais como Pinheiros e Lapa (Villares, 1946) em sua margem oposta do mesmo Rio Pinheiro, constituindo-se assim uma expansão e formação da periferia da cidade.

A ideia desenvolvimentista muito forte da época, em que a intensa industrialização de São Paulo se difundia, estava em transformação, uma vez que no início da industrialização muitas empresas alojavam sua força de trabalho em “vilas operárias” as quais elas mesmas construíram e proviam ao trabalhador. Tratava-se na maioria das vezes de extensos barracões, no início da industrialização do Jaguaré antes da venda maciça dos lotes, como relataram em suas condições iniciais de moradia os irmãos mineiros migrantes, pais de Zilda e Ditão. Contudo, Henrique Dumont Villares ao planejar um bairro industrial com residências ao operariado não se tratava apenas de uma preocupação com o deslocamento da força de trabalho, mas sobretudo com a redução salarial deste custo, como coloca o autor em seu livro.

“Será sempre precária a situação de um bairro industrial que ofereça dificuldades para o engajamento de operários, ou que os sujeite a longas e demoradas viagens, em penosos meios de transporte, para ir ao trabalho ou

regressar ao lar. A estabilidade do operário depende da sua satisfação com as condições de vida que se vê obrigado em consequência da situação dos locais de trabalho... O custo de vida, em Pinheiros e Presidente Altino, sendo muito mais baixo do que em quaisquer bairros análogos da cidade de São Paulo, consequentemente, os salários serão inferiores” (Villares, 1946)

Era sim uma estratégia para garantir a presença intensa de sua força de trabalho para maior exploração, assim como diminuir as despesas com funcionários garantindo somente sua sobrevivência para justificar baixos salários. Além disso, um vantajoso negócio (Silva, 2006) para o loteador se expandia nessa época para os arrabaldes da cidade, o mercado imobiliário de lotes e casas para os diversos trabalhadores de acordo com sua renda salarial, ampliando o potencial para este negócio como foi o caso dos loteamentos da Cia City, a qual Villares cita como exemplo e toma como modelo. Era então este o sentido da fronteira urbana enquanto negócio imobiliário rentoso por meio da formação das periferias (Giavarotti, 2012). Sobretudo, a zona oeste, com as ações da canadense *Light* propiciava a valorização destas terras de várzeas dos Rios Pinheiros e Tiete (Seabra, 1987).

“No que se refere a esta área de estudo, é por demais conhecido que a zona oeste de São Paulo, incluindo todo o vale do Pinheiros (Pinheiros, Alto da Lapa e adjacências) se constitui numa área muitíssimo valorizada de São Paulo com um diferencial que é hoje muito evidente. Desde os anos 1920 grandes companhias aí exerceram monopólios sobre as propriedades urbanas. A Companhia City de loteamentos urbanos, a Light, voltada à montagem do sistema hidrelétrico de São Paulo, Dumont Villares, idealizador do Distrito industrial de Jaguaré, Francisco Matarazzo Neto, do Distrito Industrial de Jurubatuba. Mais recentemente, evidenciando processos de atualização nas formas de capital dominante, as produções, “objetos urbanos” ligam-se à imagem de São Paulo como cidade global, pela predominância de investimentos de capital financeiro e por concentrar uma área de serviços sofisticados.” (Seabra, 1987)

Se a princípio a intenção era manter a pouca força de trabalho barata no controle, após a intensa e acelerada migração de força de trabalho, o subsídio habitacional já não se fazia necessário, isto porque, o excedente de trabalhadores na cidade dispensava a fixação do trabalhador na empresa e portanto as suas despesas com habitação. Neste momento histórico, o projeto de produção formal do bairro industrial e operário de Villares apresenta como alternativa em abrigar a “superpopulação relativa” constituinte do mercado de trabalho em simultaneidade comercialização de terras, relação esta estabelecida pela valorização do espaço público e privado. Tem-se o sentido das migrações pela mobilidade do trabalho, em que Vainer (1984) apresenta partindo de Gaudemar (1977), como formas capitalistas e processo da constituição do espaço urbano moderno.

Neste sentido, as empresas transferem para o trabalhador seu custo de moradia e transporte, assim como transferem para o Estado os custos de serviços urbanos básicos, como transporte e habitação (Bonduki, 2011) assim como consolida os argumentos de Villares em seu livro sobre o que almejava para o projeto do Jaguaré. Trata-se do que Oliveira (2003) apresenta ser a forma de maior exploração do empregador sobre a força de trabalho pela redução dos custos com moradia, transferindo ao trabalho a autonomia de autoconstruir sua casa, em que Giavarotti (2012) aponta ser uma reprodução crítica imposta a superpopulação relativa migrante expropriada prevista pelo aumento da acumulação de capital, isto é, produtividade do trabalho.

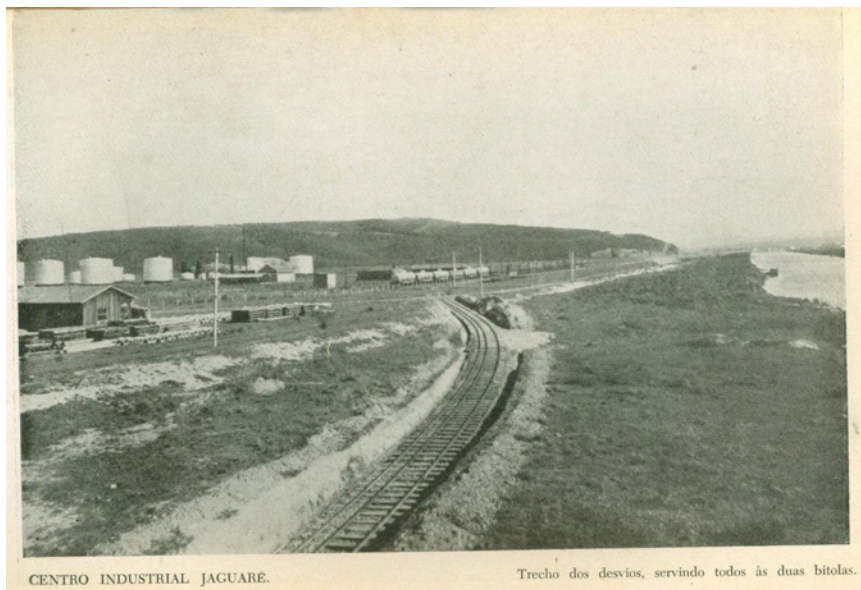
Às chamadas vilas operárias desaparecem neste processo de expansão do excedente de força de trabalho e o mercado imobiliário surge como negócio para diferentes camadas sociais na cidade. Sobretudo os loteamentos periféricos neste contexto, tem-se um acesso por parte do operariado a condição de obter a propriedade privada por meio de lotes de diferentes preços cabíveis aos rendimentos e formas de pagamento, embora pagando em prestações e gerindo a sua própria construção da casa por conta do seu trabalho não pago envolvendo sua família, caso evidenciado na formação do Jardim Ibirapuera (Giavarotti, 2012), assim como o presente bairro Jaguaré.

Para as duas principais áreas planas e extensas voltadas às indústrias, o engenheiro fez um levantamento das grandes e médias empresas cotando as principais possibilidades a serem implantadas. Apesar do potencial para as indústrias mecânicas e

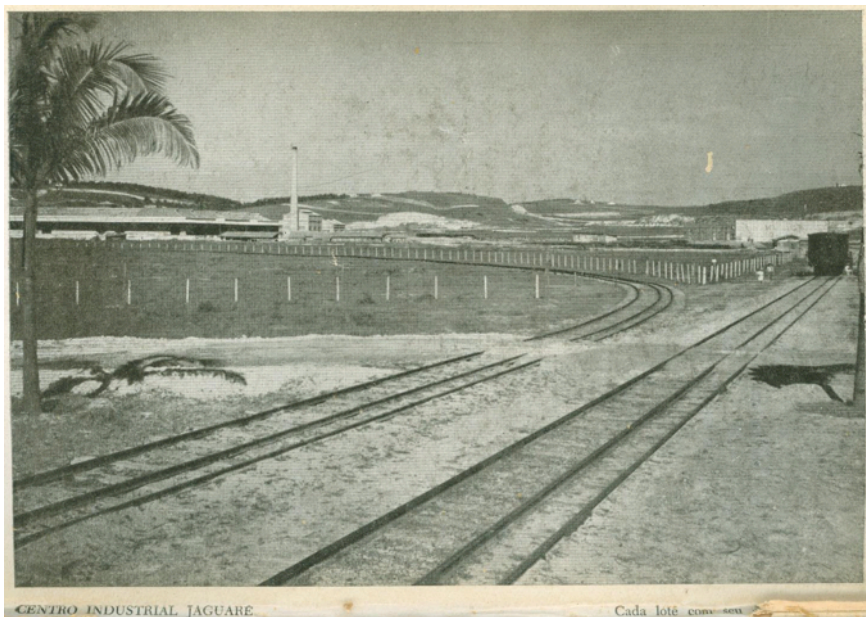
automobilísticas, as quais se deslocaram predominantemente para o sul da metrópole, isto é, às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, a região do Jaguaré era mais voltada para serrarias e as indústrias alimentares, como exemplos, SAMBRA, Cia Antártica Paulista, Moinho Água Branca, Cooperativa Agrícola Cotia, Cia Swift do Brasil, Anaconda, essas foram às primeiras no distrito, posteriormente atraindo outras de gêneros variados, tais quais: Givaudam, Twill, Roche Mour, Tupi, como confirmou a moradora Clara, inclusive a RCA (fábrica de discos de vinil) onde trabalhou por anos. O bairro chegou a ter 125 indústrias de vários portes funcionando no auge da década de 1970. E em 1966 a implantação do CEAGESP na outra margem do Rio Pinheiros, complementando esta ligação histórica de grande dimensão espacial e potencial ao trabalho (Freire, 2006).

Efetivamente a venda dos loteamentos industrial e residencial iniciou-se em 1942, porém a partir de 1947 se intensificou. Contudo, antes do novo distrito industrial tornar-se projeto de bairro urbano com foco na expansão da industrialização paulistana com suas respectivas residências operárias, havia esparsas residências simples e rurais, o que caracterizava esta área em seus termos mais efetivos do ponto de vista geográfico, denominação de subúrbio, pois tratava-se de uma área com aspectos rurais distante do modo de vida moderno sem tipos de serviços e comércio, tampouco alguma estrutura urbana (Giavarotti, 2012).

Ao tornar-se protótipo de periferia, isto é, bairro industrial tardio pelo planejamento urbano às fronteiras de São Paulo, originou-se estrategicamente devido a presença de duas principais ferrovias do país, a estrada de ferro Central, São Paulo Railway e Paulista e a ferrovia Sorocabana que se ligava à Mogiana, à Noroeste e à São Paulo – Rio Grande. Com o advento das rodovias enquanto meio de transporte principal de cargas, o bairro também estava situado numa posição estratégica aos negócios imobiliários visados por Villares, tangendo as marginais do Rio Pinheiros e Tiete, como destacou o loteador, abaixo fotos das bitolas na margem do Rio Pinheiros.



FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo (1946)*, Henrique Dumont Villares



FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo (1946)*, Henrique Dumont Villares

1.2.2 Lotes Residenciais: propriedade privada proletária e mercado de terras

O loteamento do Jaguaré teve como pressuposto em seu planejamento avaliado e estabelecido já sob o ponto de vista de seus processos de produção e valorização do espaço voltado sobretudo à industrialização e sua potência em atrair objetos

modernizante rentáveis, uma vez que o engenheiro-agrônomo através do planejamento formal de um urbanismo moderno de emprego de capital privado a partir do que o espaço apresentava previamente nos investimentos de capitais estrangeiro da *Light* e capital estatal por instrumentos urbanísticos modernos, sejam eles a eletricidade, a malha das principais vias de trânsito e transporte e a retificação de rios enquanto condição urbana de representação (Seabra, 1987).

Após o investimento inicial ao espaço por capitais público e privado de atração ao objetivo lucrativo industrial ao loteamento, derivando deste primeiro o segundo objetivo lucrativo se realizava no loteamento residencial potencialmente pressuposto do mercado de trabalho à formação de um mercado de terras. Em 1962, o padrão predominante do bairro era de moradias proletárias algumas superior e outras inferior num total de 1077 casas espaçadas em meio a muitos lotes residenciais em terrenos sem edificações, tendo apenas aproximadamente 20 residências de alto padrão, estas localizadas próximas a Avenida Presidente Altino na posição norte e nordeste das colinas. Já as inferiores situavam-se nas encostas acentuadas das vertentes onde a insolação era ruim e propícias a ventos frios (Freire, 2006), sendo assim com menos valorização. Durante este período, surgiram as primeiras ocupações por barracos no bairro, aproximadamente uma centena deles.

No momento em que a expansão de indústrias para áreas de bordas da cidade cresciam, a urbanização apresentava novas formas de territorialização, tanto planejada quanto desordenada para as mesmas. Neste sentido, novas formas de uso do espaço emergiam como determinação das condições de produção e reprodução do trabalhador migrante as demandas da produção e acumulação. A demanda por força de trabalho ocasionava o adensamento do bairro, produzindo padrões necessários de força de trabalho diferenciada no processo de ‘valorização do valor’, o que produzia uma diferenciação de valorização do espaço para o bairro, que se media quantitativamente pela qualidade da moradia do trabalhador, da produção formal para a informal da moradia e seus respectivos tamanhos e preços. Esse padrão visível de “urbanização informal” caracterizava a autoconstrução de moradia devido as diferentes rendas salariais do trabalhador (Oliveira, 2003).

A autoconstrução de moradias enquanto desdobramento da crise do trabalho, sendo o “trabalho como miséria absoluta” produtor e produto de uma “urbanização crítica” no sentido da reverberação do “caráter crítico da urbanização brasileira que aponta para exclusão econômica da população no processo produtivo e no espaço” (Damiani, 2000). Sendo o espaço urbano o lugar do capitalismo e portanto de suas contradições, a precariedade da autoconstrução de moradia expressa uma urbanização informal produzida a partir do planejamento urbano formal, condição espacial das relações capitalistas de produção industrial e urbana. Segundo Oliveira em *“Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco”* (2003) a precarização do trabalho levada a âmbito espacial, é consequência do processo de acumulação do capital em que tem no rebaixamento dos salários, isto é, do custo de reprodução da força de trabalho, como afirmou Villares ser uma vantagem ao produtor industrial, o aumento de sua mais-valia absoluta. A produção da cidade é a contradição de sua produção, é a segregação, pois a produção gera a valorização e seu contrário, a desvalorização, em outras palavras, a produção do centro é a produção da periferia (Damiani, 1995).

“A habitação é uma mercadoria como qualquer outra. A produção privada de moradias para gente de todas classes sociais é uma das mais importantes áreas de aplicação de capital... se o mercado de trabalho relega parte da população a pobreza, o mercado imobiliário nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar.”
(Singer em Bonduki, 2011)

Estrategicamente voltado a valorização do espaço, para área com colinas com curvas de nível suaves, implantaram-se residências com jardim e quintal, das 2000 previstas, apenas uma centena de casas foram construídas no intervalo de uma década, assim os demais lotes foram vendidos sem nenhuma edificação (Freire, 2006), caso de Clara. Em alguns lotes a topografia era mais declivosa, outros eram pequenos, assim os preços eram mais acessíveis, como é o caso de Zilda, cujo pai construiu a própria moradia mais modesta e parcelou a compra do terreno declivoso, cabe apontar logo no início da comercialização dos lotes e casas, entre as décadas de 1940 e 1950. Isto porque,

o loteador tinha já o propósito de atender as diferentes classes entre os trabalhadores industriais assalariados, uma vez que estes comprariam e pagariam num prazo longínquo em prestações.

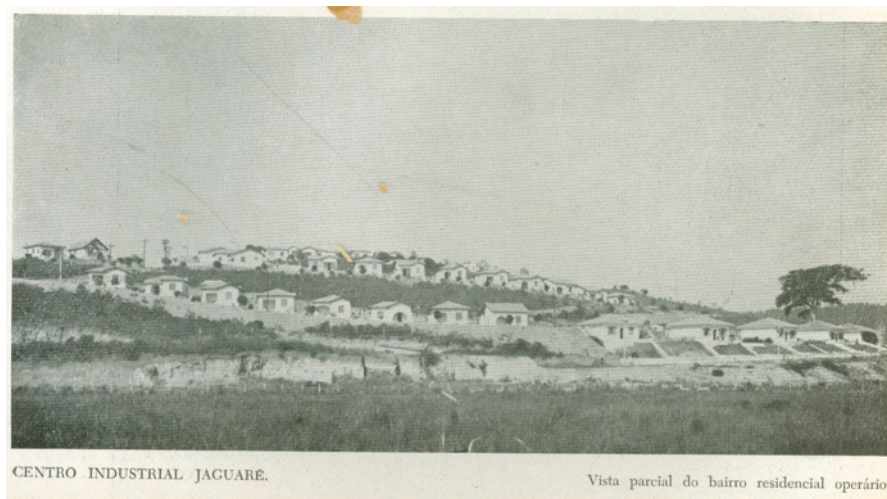
No que tange o loteamento residencial destinado a trabalhadores, de acordo com a pesquisa de campo, entrevistas e informações do livro de Villares, pudemos investigar que os lotes foram delimitados de acordo com cada esfera do grupo de trabalhadores e suas respectivas funções de trabalho, isto é, sua remuneração. Tudo foi planejado pelo loteador proprietário de acordo com a valorização dos lotes em relação a valorização dos trabalhadores expressa em sua renda: para os trabalhadores com maior remuneração lotes bem localizados e maiores eram oferecidos para compra, dentre estes primeiros lotes haviam casas construídas, mas isso não se deu para os outros lotes, para as outras esferas, lotes menores, com menor valor agregado, foram oferecidos aos trabalhadores com menores remunerações, tendo estes parcelado suas dívidas da compra do terreno, onde tiveram que construir de acordo com suas disposições e força própria para o trabalho fora da fábrica, isto é, para a autoconstrução de sua moradia, como nos apresentaram seus casos Zilda e Clara.

“Isso, porque o meu tio (pai de Ditão) era mestre de obra. Eles vinham todo dia de noite tirar terra, porque aqui era barranco puro, é tanto que a casa fica lá em cima (casa dos fundos). Essa casa é feita de barro, não é cimento, não tem nem coluna. Meu pai trabalhava nesta firma, que chamava CeraPrint, desse forro (de teto) aqui.” (Zilda, moradora do Jaguaré em entrevista)

“A maioria das casas eram tudo atrás, cada um construiu quando pode a sua maneira. E naquela época, não era cimento, os tijolos eram assentados com barros, não é que nem hoje, é tijolo com barro. Se você for ver no interior é tudo assim, antigamente era assim, não tem coluna, mas a coisa assim é tranquila, aqui era tudo de barro, a rua era de terra.” (Clara, moradora do Jaguaré em entrevista)

A periferia longínqua do município apresentava maior espaço disponível, isto é, áreas ainda com aspectos rurais, como mostra na próxima figura, pareciam promissoras aos negócios urbanos dentro do processo de metropolização que São Paulo produzia. O Jaguaré em sua gênese diante deste processo de urbanização se desenvolvia com lotes com pequenas moradias autoconstruídas ao fundo dos terrenos como nos relataram Clara e Zilda, utilizavam a maior parte do terreno para plantação própria, com suas hortas. O bairro de início parecia uma “*cidadezinha*” rural com arruamentos de terras sem muitas casas. Trata-se aqui da necessidade do trabalhador agrário – industrial complementar parte de suas despesas por meio da sua própria agricultura de subsistência, são aqueles primeiros migrantes que vieram do meio rural para trabalhar na grande indústria.

“Então como meus pais já vinham de plantação que trabalhavam em interior (vida rural em Portugal), então tinha plantação de mandioca, uva, pêssago, morango, couve, salsinha, tinha tudo essas coisas. Ai as casas não tinham muro era tudo cerca, meu pai tinha coelho, pimentão, era tudo horta, tudo se fazia no terreno. Às pessoas se ajudavam, não vendia, dava pra vizinha que conhecia.” (Clara, moradora do Jaguaré em entrevista)



FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo (1946)*, Henrique Dumont Villares

Trata-se aqui, da reprodução do trabalhador desdobrada de seu processo de mobilidade do trabalho, uma vez expropriado da terra de origem rural que encontra em meio urbano periférico com aparência ainda que rural, apesar dos “instrumentos urbanísticos” formas de sobretrabalho para complementar em sua condição sujeitada ao trabalho moderno. A medida que se instalavam às indústrias no bairro surgia a demanda por migrantes que foram chegando em períodos diferentes e se instalando nas condições que cabiam de acordo com suas condições assalariadas iniciais, do período histórico de seu processo migratório à cidade, na condição da produção espacial estabelecida no Jaguaré para aquele momento. Este processo de formação do bairro periférico surge como resposta da demanda de expansão da industrialização que São Paulo passava, tendo já estabelecida gradativamente enquanto região de valor para a modernização do país em processo de uma urbanização tardia.

Cabe ressaltar que esses migrantes da década de 50 em diante, já caracterizavam um contingente formador do “exército industrial de reserva” tanto europeu estrangeiro que chegava ao bairro, quanto os mobilizados de antigas regiões do período de produção capitalista colonial, tornados mercadoria força de trabalho assalariado, que mesmo em meio a cidade encontravam alternativas para comporem sua sobrevivência, vindos para novas formas e condições de produção capitalista urbano-modernas em que as explorações do trabalho só lhes cabiam para um rendimento de sua “inserção econômica crítica” (Damiani, 2000).

Ao tornar-se sujeito livre, cuja sua mobilidade ao trabalho condiciona ser possuidor de mercadoria, o trabalhador vende sua força de trabalho por um tempo determinado ao capitalista, transformado ele mesmo em uma mercadoria, a ser consumida em um tempo de trabalho, o que pressupõe um tempo livre. Este, que consistente da própria contradição do sistema capitalista, a determinação que o trabalhador tem para sua reprodução das forças produtivas, embora não sejam propriamente ditas, pois não se tratam das forças produtivas exatamente do trabalho (Seabra, 2004).

É dessa condição de exploração do trabalho do trabalhador, cuja jornada diária de trabalho que o trabalhador trabalha para si e para o outro tem em sua representação de aumento de horas de trabalho não pago e diminuição de horas de trabalho pago, que a

reprodução ampliada do capital produz mais-valia. Desta apropriação e exploração da força de trabalho, analisamos o trabalhador explorado sujeitado às exigências do processo de produção, tanto no que diz respeito ao local e tempo de trabalho propriamente dito e suas demandas de transformação e desenvolvimento da capacidade produtiva. Mas sobretudo, longe do espaço da fábrica, isto é, da reprodução do trabalhador livre e de sua família.

No sentido da intensa modernização com vista à formação da metrópole a partir de 1930, com maior expressividade nas décadas de 50, 60 e 70, o Estado brasileiro promoveu um intenso investimento à industrialização. Essa aceleração e injeção na economia provocaram no espaço da cidade simultaneamente a aceleração de sua urbanização planejada e em contraposto sua urbanização crítica devido a intensa demanda de trabalhadores excedentes para a produção formal da cidade e consequentemente produzindo eles a forma reificada da produção informal do espaço (Damiani, 2000). Foi o planejamento regional defendido pela visão dicotômica entre desenvolvimento e atraso assumida pelo Estado ao passo que criou e identificou as regiões desiguais nacionais, assim reproduziu e colocou esta contradição econômica-espacial, ao promover a concentração da industrialização à região Centro-Sul (Oliveira, 1977), e estimulou a migração e formação do ‘exército industrial de reserva’, ‘superpopulação relativa’ concentrada exponencialmente na metrópole de São Paulo.

1.2.3 A modernização brasileira tardia: a produção de um discurso moderno importado como fórmula resolvedora

Para fundamentar seu discurso urbanístico regionalista Villares aponta as razões para a escolha de São Paulo ser a cidade potencial a intensa industrialização nacional, apresentando desde características físicas do meio geográfico, quanto condições geográficas estratégicas territoriais, convencendo o interlocutor de seu livro através de um discurso ufanista regionalista baseado em estudos e citações de exemplos no exterior para dar autenticidade na fala e causar maior adesão de seus argumentos deterministas-geográficos. Seu principal convencimento está focado em apontar porque a cidade de São

Paulo deveria ser escolhida para ser o polo concentrador da intensa industrialização e acumulação de capitais do país e da América do Sul.

Não por acaso, trata-se de um discurso que já vinha sendo elaborado para o processo de regionalização nacional. No caso brasileiro, Oliveira (1977) discorre sobre o processo de formação das regiões do país enquanto polos da condição de divisão territorial do trabalho e desenvolvimento econômico desigual consequente da valorização regional atribuída às parcelas territoriais, estabelecidas através do dito planejamento e regionalismos estatais. A metropolização reduzida para a Região denominada Centro-Sul, é o desdobramento deste planejamento positivista, ao qual São Paulo está inserido enquanto núcleo central da produção modernizante do país, onde veio a concentrar indústrias e serviços financeiros. O mesmo ocorre para a escala geográfica interna metropolitana, uma vez criada para ser o centro da modernidade brasileira, enquanto polo regional de atração de capital-trabalho. Esta lógica é estabelecida para a maior metrópole do país, isto é, a formação de áreas centrais e periféricas, contraditoriamente pelo processo de produção e valorização do valor (Giavarotti, 2012) que é intrínseco à produção do espaço urbano.

Villares, em seu livro aponta argumentos fundamentados em fatores naturais, dentre os quais o clima para enfatizar porque São Paulo é propícia para a concentração do trabalho humano reiterando o discurso de regionalismo baseado num determinismo geográfico: *“Estudando o **rendimento do trabalho humano**, vemos o quanto é este influenciado pelas condições climáticas e de salubridade do local. (...) Há ainda a considerar - relativamente a altitude que lhe permite o clima de estação de montanha, propício ao trabalho - ser São Paulo a única cidade no mundo, de mais de um milhão de habitantes, situada a mais de setecentos metros de altitude.(...) **O rendimento do trabalho** organizado e o seu custo dependem de numerosos fatores: nacionalidade, origem, ambiente propício ao trabalho, estado de ânimo, disciplina ,etc.”* (Villares, 1946 – grifo nosso) Seu objetivo é elencar razões que convençam seus interlocutores capitalistas sobretudo paulistas a investirem neste modelo industrial de cidade através do argumento da concentração de força de trabalho a ser localizada nesta fórmula resolvedora planejada e lucrativa ao proprietário em seu projeto de bairro tanto industrial quanto residencial operário. Os dois loteamentos que abrangeram a área de

margem do Rio Pinheiros e parte das colinas acidentadas próximas ao ribeirão Jaguaré, surgiram para implantar um complexo industrial de grupo de empresários paulistas, e conseqüentemente sua demanda de força de trabalho, também planejada para local-se por ali, visando sua maior acumulação, afirmação do próprio proprietário Villares.

Villares discorre diversos argumentos desenvolvimentistas sempre enfatizando a escolha de *São Paulo como Centro Industrial* nacional num período histórico em que a cidade apresentava-se com uma infraestrutura já abastada devido a localização de grande fluxo, formada em entreposto da rota de exportação do café ate o Porto de Santos, afirma o autor. Ainda na ocasião do contexto histórico da formulação e publicação de seu livro, em 1946, de transição agrário-exportador para moderno-industrial, o engenheiro elenca características propícias a concentração potencial de trabalho para às indústrias em São Paulo, dentre elas a *“relativa rapidez de obter trabalhadores habilitados para a indústria, formados em ambientes propícios ao desenvolvimento de aptidões técnicas: estimula-os a concorrência de atividades e energias, favorecendo a seleção das capacidades”*, facilidade a qual pode-se encontrar uma população proletária em formação técnica e científica, argumento que retoma para a criação do Jaguaré localizado estrategicamente em proximidade com os laboratórios da USP. O projeto desde o início visava não a todos os operários, mas sim um grupo específico, aqueles que pudessem comprar os lotes.

Outra característica de valorização espacial, o engenheiro agrônomo também aponta a presença de transporte de escoamento de matéria prima e manufaturados, a importância da estrada de ferro próxima às indústrias e estas próximas ao mercado consumidor existente em processo de expansão em São Paulo. *“Sendo a venda da produção a sua preocupação máxima, a localização da fábrica o mais próximo possível do mercado consumidor só resultará em economia de transportes e rapidez nas entregas a clientes.”* (pg13) Nesta sua visão rentista e acumulativa de riqueza, Villares reforça a condição da obtenção da mais valia, considerando estrategicamente necessário baixar ao máximo os custos de transportes com a presença da população relativa enquanto mercado consumidor realizando o processo da circulação, trata-se da valorização do valor realizado na troca, no consumo de mercadorias.

Ao ser uma mercadoria transformada em capital no ato de sua compra, a força de trabalho estabelece a condição de produtor e de consumidor para o capitalista a de comprador da força de trabalho e para o trabalhador a de vendedor da mesma. Este momento em que a mais-valia é gerada a partir do consumo do capitalista que compra o valor de uso da mercadoria força de trabalho engendra a formação do valor a partir das necessidades básicas do trabalhador de se reproduzir como trabalhador.

“Tem sido de espantosa rapidez o aumento da população do Estado de São Paulo. Só a Capital conta com uma população de mais de um milhão e meio de habitantes, que representa um poder aquisitivo de apreciável alcance. Ao considerar-se o desenvolvimento do mercado consumidor, deve-se salientar que, no aumento vertiginoso da população, se incluem às levas de nacionais vindos de outros Estados, assim como elementos além-mar.” (Villares, 1946)

Foi através do processo de acumulação primitiva, embora tardio (Kurz, 1993), que a sociedade brasileira desenvolveu-se e modernizou-se, uma vez que deslocou e desapropriou o trabalhador da terra, um contingente de sujeitos livres para vender sua força de trabalho, deslocando-os para formar os polos industriais que demandavam de mercado de trabalho. Para tanto, a força de trabalho tem como característica a mobilidade, exigida pelo capital a necessidade de ter fluidez. Contudo, a mobilidade não refere-se somente a uma realidade territorializada do capital, mas também reprodução das relações sociais de produção. Neste sentido, a perpetuação da submissão do trabalhador e sua mobilidade as exigências do capital e derivadamente do mercado, é pressuposto da produção e reprodução das condições de produção em seu sentido amplo e cíclico em que mobiliza os trabalhadores e os mantém mobilizados.

Outra característica importante aos negócios da industrialização, apontada por Villares, é a presença de bancos para o financiamento que *“escapam aos recursos da maioria das firmas”*, *“necessários para garantir uma salutar concorrência entre os negócios”*. Em suas conclusões persuasivas para o investidor e também interlocutor, o autor elenca todas as características de convencimento da escolha de São Paulo tornar-se “centro modernizador” (Toledo, em Giavarotti, 2012) da América Latina: *“mais*

importante centro ferroviário e rodoviário; maior potencia aquisitiva do país; clima temperado, devido a altitude; mão-de-obra eficiente e farta; energia elétrica em abundância; facilidades bancárias internacionais; cooperação de indústrias subsidiárias; desenvolvido sistema educacional; e possibilidades recreativas e esportivas.” (Villares, 1946) Neste sentido, o engenheiro loteador expõe argumentos no primeiro capítulo de seu livro, traçando razões que integram um discurso pronto desenvolvimentista urbano-industrial para a cidade, reiterando e justificando a intensificação do processo da urbanização visando também assim como projetos antecessores, o lucro pelo mercado de terras, o que vale dizer a propósito, que ele só o reproduz.

A exemplo de seus estudos sobre Urbanismo e Indústrias no exterior, no segundo capítulo de seu livro, intitulado “*Bairros Industriais Especializados*”, Villares promove em seu discurso “*a necessidade da industrialização intensa*” para trazer o desenvolvimento da economia industrial do país por meio da orientação técnica e conhecimentos das cidades, neste momento reitera a ideia desenvolvimentista pela necessidade de uma modernização, ainda que tardia, para o Brasil enquanto novo modelo mundial a ser seguido. Tenta convencer o leitor da importância do planejamento por meio de seu Urbanismo industrial em que aponta como solução o conceito de “*cidade orgânica*” a qual tem em sua preocupação corrigir o “*caos urbano*” decorrente do “*intenso desenvolvimento econômico e o surto industrial*”. Neste momento de sua obra ele aponta uma preocupação com os aglomerados urbanos de rápido desenvolvimento que por algumas vezes dão origem a moradias que crescem “*tumultuariamente em redor das fábricas sob pressão de contingências múltiplas*”. Deste modo, em sua visão higienista e iluminada pelo planejamento Villares “*orienta*”, como aponta neste capítulo “*quatro requisitos essenciais*” da cidade orgânica:

“a) locais e condições de trabalho que permitam, num ambiente adequado, o desenvolvimento eficiente da atividade produtora; b) habitações salubres, com o necessário conforto para tornar a vida aprazível; c) facilidades de recreação para o corpo e para o espírito, que facultem, pela diversidade de exercício, repouso e reconstituição das energias gastas pelo trabalho; d)

transporte eficiente, como instrumento de ligação entre esses três primeiros elementos.” (Villares, 1946 – grifo nosso)

Trata-se do ponto de vista de um discurso de um proprietário de terras que almeja otimizar a produção industrial como um todo para aqueles cujos lotes industriais estavam previstos a venda, projetando um bairro numa cidade que tenha resultados produtivos e rentáveis para sua clientela de industriais a localizarem em seu idealizado e planejado bairro. Em sua utopia tecnicista de resolver e otimizar a produção pela funcionalidade e planejamento da cidade.

Se no segundo capítulo fez um estudo sobre os bairros industriais da Europa e Estados Unidos propondo um modelo de “*cidade-orgânica*” com “*modernas ideologias socialistas*”, já no terceiro capítulo de título “*Bairros Residenciais*” o engenheiro expõe a ideia de sua pesquisa baseada em bairros residenciais operários desse modelo moderno importado dos países centrais. Villares coloca uma preocupação com o rendimento do trabalho por parte do trabalhador, uma vez que constrói uma ideia que introduz para propor a criação do Centro Industrial Jaguaré, isto é, a partir de “*facilidade de locomoção, locais para recreação, exercer maior habilitações*” e sobretudo um “*abrigo e retiro familiar*”. Ele chama de “*Urbanismo legítimo*” aquele capaz de “*prever e preestabelecer a realidade futura*” para o espaço diante de um modelo pronto de projeto modernista da vanguarda eurocêntrica, que transpôs a “*cidade colonial*”. Refere-se no limite, mais uma ideia urbanística tecnicista sobre a funcionalidade de seu conceito de “*cidade orgânica*”, uma realidade sistêmica pelo ponto de vista operacional entendendo a cidade como um organismo, como um conjunto de sistemas, como indústria, trata-se do modelo de cidade moderna almejada para o contexto do processo de modernização da sociedade brasileira.

A operação do controle pelo discurso de Villares está além da estética com o espaço, o engenheiro agrônomo e urbanista “*vidente*” (como ele mesmo coloca) também e sobretudo, aponta um modo de vida programado pela lógica do planejamento do espaço sobre o que se deve ser o projeto de bairro. O espaço para o autor deve ser produzido de acordo com a organização do trabalho, no sentido de operacionalidade o espaço deve contemplar o modo de vida que desejava que otimize toda a vida do trabalhador para o

trabalho, sendo no tempo e espaço dentro e fora da fábrica, o bairro industrial e residencial contemplativos ideologicamente para ele um espaço social que atinja o objetivo de sua sociabilidade produzida ao “*espírito e ao lazer*” para repor as energias ao trabalho, o urbanista tem uma estratégia impositiva muito bem definida para aquilo que almeja para a vida programado do operário que comprara o lote residencial de seu bairro, afirma ele –

*“o homem não mora apenas dentro da casa de sua habitação; mora dentro do ambiente em que ela está situada. Esse ambiente é constituído de características físicas, topográficas por assim dizer, e de elementos da vida social... exerce sobre ele uma influência muito mais profunda do que se poderia talvez a primeira vista, supor. É na realidade um fator educativo, atuando não apenas sobre os seus hábitos e atitudes, mas até sobre os seus horizontes mentais, a sua saúde física e sua **disposição de espírito**.”* (Villares, 1946 – grifo nosso)

Na lógica deste planejamento urbanístico enquanto potencial negócio imobiliário visando às camadas médias qualificadas, diante do contexto de crise habitacional de 1940 (Bonduki, 2011), qual Villares havia projetado seu distrito, o loteamento residencial junto ao industrial foi estrategicamente pensado para a expansão e acumulação do capital urbano-industrial que a cidade demandava a territorializar-se. Sem entender o processo que produz o excedente populacional de trabalhadores, enquanto força de trabalho e sua necessidade por moradia e a contradição da valorização do espaço posta pela valorização do valor e seus desdobramentos nas reproduções da vida ao trabalho em que passa despercebida uma alienação pela análise fetichista aparente de sua submissão para aquilo que chama “*disposição de espírito*”, isto é, vontade alienada com disposição mental ao trabalho.

“Não houve cidade em progresso onde não surgisse o que se chamou a “crise da habitação”. Quando a referida crise atingiu as classes medias e se traduziu no encarecimento desmedido dos alugueis, multiplicaram-se as organizações, de iniciativa privada, com o objetivo de facilitar a realização do

ideal de cada chefe de família cômico das suas responsabilidades: a aquisição de casa própria onde abrigar o seu lar.” (Villares, 1946)

Em São Paulo, segundo Bonduki, foi a crise de habitação dos anos 40, que deu início propriamente ao surgimento de favelas. A autoconstrução em loteamentos periféricos e em áreas verdes livres foram sendo ocupadas como alternativas a esta crise, que promovera despejo de milhares de trabalhadores de alojamentos industriais e cortiços após a implantação da Lei do Inquilinato 1942 e o aumento de migrantes recém chegados. Trata-se de um contexto político econômico que transformou a cidade e o modo de provisão de moradias no período nacional-desenvolvimentista, isto é, de uma modernização retardatária, consolidando a base urbano-industrial.

Para Bonduki, houve uma confluência de fatores que levaram a crise habitacional de 1940, houve uma desestruturação do mercado rentista e da ausência do Estado em financiar ou promover a produção de moradias para grande proporções, deixando a margem a ocorrência às ocupações e surgimento de favelas. A crise segundo o autor, foi consequência de modificações estruturais no sistema produtivo e nas formas de provisão de moradia, uma vez que predominou-se no processo de estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ao passo que o Estado promovia a produção das indústrias desestimulava a construção de habitação rentista, uma vez que colocou restrições e controle sobre os aluguéis pela Lei do Inquilinato e restrições governamentais ao financiamento de construções dos edifícios para esta finalidade. Trata-se portanto de uma situação contraditória, estratégia do processo de valorização do espaço e criação da especulação imobiliária, com a redução da produção habitacional privada para às classes inferiores, mas ascendendo um mercado de empreendimento habitacional para classes mais altas, assim como principalmente para a indústria.

Cabe apontar que no início da industrialização em São Paulo, os trabalhadores eram abrigados em vilas operárias e alojamentos providos pelas indústrias, no Jaguaré foi relatado pelos moradores entrevistados a presença de barracões durante as instalações das primeiras indústrias locais. Logo depois com o aumento da demanda e muito mais oferta de trabalho, já consolidado um mercado de trabalho local e consequente um mercado de terras, o Estado torna-se ausente diretamente, contudo presente ao ceder e estimular terras

a valorização privada (Seabra, 1987) para produção de moradia para essa classe superexplorada já não estava no interesse do industrial fornecer abrigo, contendo menos gastos com o operário, transferindo para este o custo com a moradia. Foi neste cenário, e com o intuito fetichista de planejar um projeto de bairro para empregar esses trabalhadores operários das indústrias, que demandava de moradia, que o engenheiro Villares, projeta o loteamento periférico para o Bairro Industrial do Jaguaré, em seu sentido amplo de acumulação, isto é, condicionando a valorização do trabalho e da terra nas bordas da cidade de São Paulo.

1.2.4 Produção do Espaço – Reprodução do Trabalho: A programação da vida ao trabalho

Contido próximo a parte central do loteamento residencial, um terreno foi doado para padres canadenses da Ordem de Santa Cruz, onde construíram uma igreja e um centro paroquial. Outras áreas importantes para criação do novo bairro, presentes no loteamento, foram “a construção do Mirante-Relógio, uma escola, uma praça de esportes com arquibancada e vestiários (atual praça N. S. Das Virtudes), restaurante (junto à Rua Lealdade com Marselha), centro de recreação (atual praça Gal. Porto Carreiro)”, também previstos um centro cívico e comercial, um cinema que não chegaram a ser construídos (Freire, 2006).

“Alguns autores relacionam esta estratégia de estabelecimento de bairros operários, muitas vezes providos de equipamentos sociais e coletivos, junto a indústrias como uma forma de controle social do proletariado, tanto nas horas de trabalho como nas horas livres, procurando estabelecer e difundir “padrões de comportamento adequados, na optica capitalista do desempenho do trabalho livre. Os padrões de honra exaltados, as regras de moral burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados” (Blay, 1980). O bairro operário “funcionava como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinar,

combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa” (Rolnik (1981) citada em Bonduki, 1998)

Em seu livro, *Urbanismo e Indústria em São Paulo*, Henrique Dumont Villares descreve com detalhes seu ideal de modo de vida para o operário, isto é, através do arranjo espacial que o novo bairro industrial projetava para organizar a habitação com a sociabilidade e relações familiares, desde lazer, comida, custo de vida, deslocamento, etc. Modelo idealizado a ser implantado ao modo de vida do trabalhador além da fábrica, conceitos e propostas estrategicamente pensados para valorização e comercialização do loteamento, assim como a disposição para o trabalho, traduzidos para o tempo livre de reposição para vida de trabalho, subtraindo o custo e otimizando o tempo de exploração, isto é, otimizando a produção industrial pelo aproveitamento maior do “tempo socialmente necessário”.

O Relógio do Jaguaré na foto abaixo, também chamado de Farol Mirante do Jaguaré, fica na Praça Salatiel de Campos, e era o ponto mais alto do bairro. *“Um recreio rústico, com um belvedere de que se descortina vasto panorama, proporciona distração tranquila e repousante aos que desejam gozar momentos de calma, e na sua proximidade vários ‘churrasqueiros’ foram instalados com outras comodidades para piqueniques e refeições campestres”*, escreveu Villares. Tratava-se no entanto, nessa ilustração arquitetônica da condição sujeitada ao trabalho nas vidas dos moradores do bairro Jaguaré pelo controle social do tempo. Isto é, a necessidade que o trabalhador tem para programar seu tempo de acordo com a lógica do trabalho, condicionamento desde criança. Era um torre que servia de referência para todos os moradores da região, como afirmaram Clara e Zilda em entrevista, esta segunda nos conta que seu avô ajudou a construir. Foi criado para ser um marco urbanístico que pudesse ser avistado ao longo do Rio Pinheiros e do outro lado, nos Bairros de Vila Leopoldina, Lapa e Pinheiros. Com o passar do tempo as construções no entorno, principalmente prédios, tornaram o relógio inutilizado, e aos poucos sofreu abandono de cuidados e manutenção. Clara conta que em sua infância todos utilizavam muito o relógio para controlar seus tempos cotidianos, e que posteriormente com o abandono, degradação e furto de peças ficou obsoleto.

Atualmente se encontra reformado e cercado, e pertence a administração da Prefeitura na mesma área da UBS (Unidade Básica de Saúde) – Jaguaré.

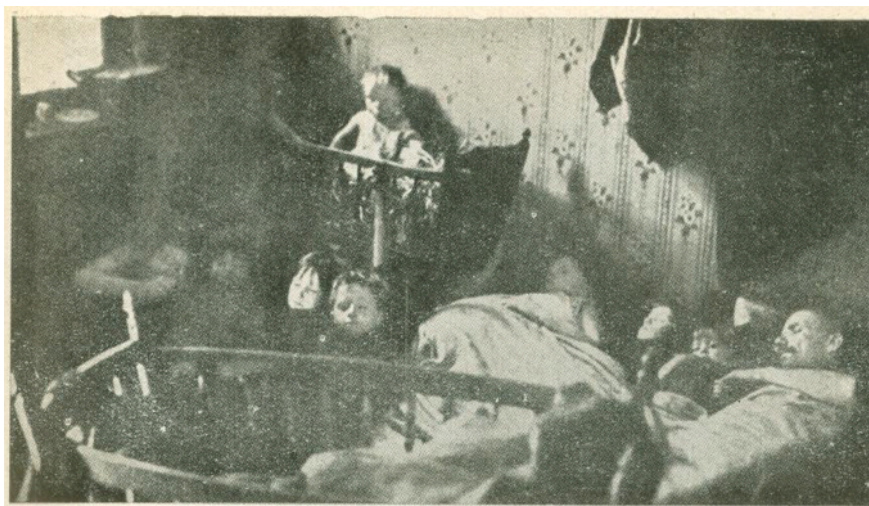


FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo (1946)*, Henrique Dumont Villares

Sobre a moradia propriamente dita, neste mesmo capítulo terceiro, o autor aponta seu real objetivo econômico e público alvo residente destinado a venda de lotes residenciais com ou sem moradias do distrito industrial, trata-se das “*classes operárias da cidade*”, mas não qualquer operário, mas sim aquele cujo os salários consiga pagar às prestações pelo fragmento do espaço alcancem devido objetivo mercantil de obter lucros. Em seu discurso higienista e moralista tratam-se de moradias “*descentes*” “*em condições salubres e aprazíveis*” cujo a preocupação está em uma “*edificação honesta*”, isto é,

“sólida com materiais, acabamento e processos que assegurem durabilidade e resistência”, visto que “às classes trabalhadoras possuem o número crescente de crianças”. Apesar de ser para o autor uma edificação operária com objetivo funcional para reprodução energética do trabalhador, “nada impede que as casas dos operários sejam bonitas”, mas a “condição essencial de uma casa é ser relativamente espaçosa” escreveu Villares no documento.

Em seu imaginário de família proletária, Villares designa a programar internamente às relações familiares pelo espaço cotidiano residencial, ditando o ritmo daquilo que considera um idealizado *“lar feliz”* quando há *“espaço suficiente que evite a promiscuidade”* que derivam *“graves males sociais”* propondo assim *“três quartos de dormir, um para o casal e os outros dois permitindo separar os dormitórios dos adolescentes da família conforme os sexos”* para *“cada membro da família disponha, na residência, de espaço suficiente para poder gozar de um relativo isolamento”* (Villares, 1946) A foto abaixo demonstrada por Villares com a seguinte descrição: *“Triste aspecto da promiscuidade proveniente da falta de moradias e alta de alugueis”,* para corroborar sua ideia higienista refere-se a uma ideia superficial de apontar o problema e de sua rasa resolução a respeito da moradia do trabalhador superexplorado.



Triste aspecto da promiscuidade proveniente da falta de moradias e alta de alugueis.

FONTE: *Urbanismo e Indústrias em São Paulo (1946)*, Henrique Dumont Villares

Para Villares em seu discurso persuasivo contraditório, aponta seu projeto de iniciativa privada enquanto uma proposta social diante dos problemas da sociedade moderna brasileira naquele momento histórico, que para ele de maneira simplista de pensar se trata de uma *“grave imperfeição na organização social”*, mas considera sobretudo papel do *“Estado, como órgão de interesses comuns, intervém e atua diretamente pela iniciativa de instituições apropriadas por ele mantidas.”* Villares aponta o problema enquanto finalidade de trazer a fórmula da solução social através do discurso da iniciativa privada, enaltecendo uma habitação operária *“sadia”* e *“decente”* como *“consciência social da casa”*, isto é, um *“desenvolvimento da civilização industrial, de transformação do mundo, a casa própria do ponto de vista do bem estar coletivo tem seu reconhecimento de importância social, cujo método e processo, na complexidade da estrutura social o indivíduo encontra o ensejo de satisfazer às referidas necessidades, contribuindo para saúde e felicidade da família.”* (Villares, 1946 – grifo nosso). Seu discurso apelativo emocional e enfadonho estratégico do ponto de vista social rodeia meramente seu objetivo mercantil para a venda do loteamento às parcelas e prestações longínquas ao pretense operário melhor remunerado, o qual o coloca pertencente a uma classe média como afirmou em seu livro.

Contrapondo às habitações idealizadas de sua iniciativa privada que designa a construção de casas e vendas de lotes residenciais, Villares aponta que devido alguns fatores econômicos para esse tipo de projeto que visa o lucro não atingir uma porcentagem da população restam-lhes viver da locação, cujo alguns outros negócios (3) também de iniciativa privada investem em residências às classes menos favorecidas, o que demonstra total desprezo e nenhuma vontade de realizar “projeto urbanístico para essa classe, já que a mesma não tem condições de pagar nem as prestações de seu produto residencial “uma moradia” decente/honesta/sadia/mínima qualitativamente em sua concepção, o que ao seu ver deixa claro a ideia de sua pretensão e concorrência em exterminar aos poucos. Sob sua visão higienista e moralista, Villares coloca seu raso entendimento sobre o problema social, e com desprezo aponta *“o efeito destas condições é sentido em todas as grandes cidades, onde uma população numerosa se vê forçada a morar na promiscuidade das habitações coletivas, dos “cortiços”, das “favelas”, quaisquer que sejam os nomes que esses fungos urbanos tenham em cada língua. Os*

mais miseráveis não moram: procuram refúgio na sordidez dos albergues noturnos.”
(Villares, 1946 – grifo nosso)

Trata-se de uma ojeriza que não entende em seu aspecto mais fetichista monetário, a produção de um discurso higienista que incompreende as causas sociais dos processos de formação dessas aglomerações irregulares urbanas, ao que se referem o que tentamos entender aqui desgastadamente como processo amplo de produção da “valorização do valor” (Giavarotti, 2012) para acumulação de capital. Isto é, através da produção do trabalho e do espaço enquanto condições contraditórias em que se dá o processo acumulação do capital, desdobrada da formação da “propriedade privada” da terra a partir da lógica do trabalho, isto é, dos trabalhadores transformados em mercadoria força de trabalho na sociedade da mercadoria, o qual possui valor e cria valor.

Segundo Marx, a força de trabalho quando consumida cria valor, e é a única mercadoria que desloca-se sozinha ao mercado. O salário, portanto é a transformação do trabalho em dinheiro, o dinheiro para ser capital, saindo não do mesmo jeito que entrou no processo de produção, ele passa pelo processo de valorização do valor, tornando-se uma medida de valor, uma vez que passa pela mercadoria e pelo trabalho. Neste sentido, a valorização do valor, se dá no plano da produção e na circulação, quando o capitalista, comprador da mercadoria força de trabalho consome-a, produtivamente ao produzir mercadorias, também produz valor. Em outras palavras, a mercadoria força de trabalho é a única capaz de produzir valor, cuja essência é o tempo necessário para a sua produção. Assim, o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital consiste na troca desigual entre a diferença entre valor produzido pelo “consumo produtivo” da força de trabalho e o valor de troca, expresso na forma salário, o que gera mais-valia (Marx, 1985).

1.2.4.1 Reprodução familiar interna: trabalho doméstico não pago

Consolidando também a afirmação sectarista da divisão social do trabalho doméstico, Villares afirma que a arquitetura da casa deve analisar “*os hábitos e às conveniências domésticas das pessoas ... como exemplo: uma janela colocada em posição tal que permita a mãe de família, enquanto entregue às lides domésticas, sem*

interromper o trabalho, manter vigilância sobre as crianças que brincam no quintal, é uma convivência de valor prático pela fadiga”. Em outra afirmação:

“a dona de casa, nas famílias pobres, que tem de fazer, ela própria a maioria dos trabalhos domésticos, fica sujeita aos processos mais primitivos, que a obrigam a desnecessária fadiga. Ora, a verdade é que não seria impossível equipar às habitações destinadas às classes operárias com alguns dos dispositivos que facilitem o trabalho da mãe de família. Bastaria, por exemplo, que a construção das casas fosse projetada tendo em vista às necessidades e conveniência dos seus moradores e estaria resolvida parte desse problema. A outra parte será solucionada quando conseguirmos, com termos de conseguir, tornar acessíveis, mesmo às famílias mais modestas, certos aparelhos, como a máquina de lavar roupa, por exemplo, só os bafejados pela fortuna podem adquirir.” (Villares, 1946)

Nesta passagem o autor tem claro dois aspectos sociais para ele como condições absolutas: a primeira que às mulheres independente da classe social estão destinadas aos afazeres e gestão das tarefas domésticas; a segunda, que essas mulheres mães de família, em suas condições financeiras distintas de classe social possuem “*dispositivos necessários*” facilitadores a esses trabalhos. Trata-se aqui do “valor dissociação” (Scholz) em que Giavarotti (2012) apresenta que o trabalho doméstico da mulher como trabalho não pago, tensionando o conceito de “sobretabalho” e autonomização, trabalho necessário a reprodução do trabalhador fora da fábrica, que também gera valor indiretamente. “*Enquanto valor, a força de trabalho representa um quantum de trabalho social realizado nela (...) o tempo de trabalho necessário a produção da força de trabalho se resolve, portanto, no tempo de trabalho necessário a produção desses meios de subsistência*” (Marx, em Giavarotti, 2012). Dessa forma, o trabalho doméstico seria parte do tempo de trabalho necessário e poderia contribuir para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, um desdobramento do termo “sobretabalho” talvez mais parecido com o termo “valor dissociação” de Roswitha Scholz.

Sendo também a família a “face oculta do capital” (Giavarotti, 2012) enquanto momento da totalidade da “reprodução das relações sociais de produção”, uma vez que o tempo do trabalhador será dividido entre tempo que se vende à produção de valor enquanto vendedor de sua mercadoria força de trabalho num período total de dispêndio de “cérebro, músculo e nervos” (Marx, 1985), e outro tempo livre para reprodução do trabalhador que personifica o trabalho, sob este tempo, a família possui o papel importante dissociado no processo de valorização do valor na divisão social do trabalho (Giavarotti, 2012).

1.2.5 Primeira conclusão: o desvio enquanto condição contraditória identitária

Embora aparente ser um urbanista alienado em sua lógica tecnicista e ideológica de planejamento arquitetônico e urbano, cujo conhecimento baseado em cidades da metrópole do capitalismo, os ditos países centrais, exportadores de projetos modernistas de cidade, Villares ignora o fato do “*caos urbano*”, proveniente de uma urbanização crítica desdobrada de cidades como São Paulo, da periferia do capitalismo mundial. Villares tem clareza que “*classes sociais ainda mais modestas*” não podem ser ofertadas a venda a construção de casas em seu projeto, isto porque, em suas palavras “*o objetivo ao lucro não seria contemplado para o construtor e para o seu capital empregado*”, pois “*o salário do operário é geralmente insuficiente para pagar juros e amortização do custo de uma habitação que lhe ofereça um mínimo de conforto e higiene. Temos que nos convencer de que o problema social dos “cortiços” e das “favelas” só pode ser resolvido por meio de subsídios... pelo Estado*” (Villares, 1946)

Ao fazer essa afirmação o urbanista “*vidente*”, não conseguiu prever em seu projeto que seu modelo europeu importado de cidade moderna não se enquadra no modelo histórico e econômico brasileiro, no hemisfério periférico do capitalismo mundial, sendo assim, um idealizador vulgar/banal e raso sobre seu Urbanismo tecnicista profano, aquele cujas ideias modernizantes enquanto “fórmula desgastada pelo uso” (Silva, 2006) não veste/aplica nas antigas colônias mundiais e sua condição das relações sociais desdobradas de sua história.

Ao final do capítulo terceiro de seu livro, no qual se debruça maior parte de sua retórica estratégica, aponta várias questões sobre o que deve ser o urbanismo de “*espírito cívico*” para solucionar problemas sociais causados pelo desenvolvimento econômico industrial urbano intensificado, desdobra vários argumentos que sob sua visão higienista e moralista aponta brevemente os problemas sociais de maneira preconceituosa e superficial para poder apontar um discurso que visa trazer a solução por meio de projetos e negócios urbanos de loteamentos modernos que fundem bairro industrial e residencial operário complementares, disfarçado de um discurso desenvolvimentista nacional tendo como base as “*modernas ideologias socialistas*” do modelo de “*cidade orgânica*” que se preocupa com o coletivo. Villares embora coloque ser “*preciso ensinar ao povo o que progresso de uma sociedade e a elevação do seu padrão de vida resultam do interesse de todos pelos problemas da coletividade e da cooperação de todos para resolve-los*” conclui que “*todos os esforços e dispêndios provem por parte do Estado, em cooperação com a iniciativa privada*” (Villares, 1946) Trata-se de uma visão do autor além de vender seu discurso de convencer empresários da indústrias e seus vultosos capitais, sua preocupação social aponta também arrecadar incentivos por parte da subvenção financeira do Estado para estimular o capital privado às construções além do “*financiamento da casa própria para o operário*”.

No capítulo intitulado “*Golpe de vista sobre às atuais condições econômicas e sociais no mundo e seus reflexos na industrialização do Brasil*”, Villares desenvolve argumento da visão panorâmica da economia brasileira no mercado mundial de capital buscando ressaltar novamente ao seu interlocutor que com o processo de desenvolvimento fabril tende a atrair a iniciativa internacional para maior expansão industrial nacional. Villares traça argumentos que apontam a importância da industrialização partindo do capital agrícola “*depende da prosperidade agrícola a maior ou menor produção industrial que exige poder aquisitivo correspondente*” para inserir o país num sistema global de capitais para um outro momento resolvidor de crise, o que pensava ser a ideia de modernização nacional. Aponta toda sua visão do que entendia ser o processo de industrialização de São Paulo e sua respectiva urbanização para aquilo que pensava ser o desenvolvimento econômico e social diante da economia mundial.

Nos moldes do nacional - desenvolvimentismo, o Estado em contexto político econômico estabelecia dívidas para tal modernização, injetando capitais estrangeiros na industrialização. Esta industrialização brasileira, no contexto histórico desdobrada de sua modernização retardatária enquadrou o país na grande economia, no sentido de aumentar a proletarianização mundial, isto é, a formação da mercadoria força de trabalho promovida pelo assalariamento tanto para a indústria, mas também para a agricultura nacional enquanto processo de expansão da acumulação do sistema mundial produtor de mercadorias (Kurz, 1993). Foi o planejamento regional defendido pela visão dicotômica entre desenvolvimento e atraso empregada/assumida pelo Estado ao passo que criou e identificou as regiões desiguais nacionais, assim reproduziu e colocou esta contradição econômica-espacial, ao promover a concentração da industrialização à região Centro-Sul (Oliveira, 1977), e estimulou à migração e formação do exército industrial de reserva, superpopulação relativa concentrada exponencialmente na metrópole de São Paulo.

Se no auge do processo de intensificação da industrialização brasileira o Estado estimulava a valorização do espaço de terras urbanas, por meio de investimentos de capital em infraestrutura (Seabra, 1987), e estimulava os projetos privados de habitações, assim como por um período produziu projetos de planificação de moradias a classes media e baixas por meio de financiamento (Bonduki, 2011), por volta dos anos 30, 40 e 50. Após este processo de “valorização do valor” já estabelecida para São Paulo, como “centro modernizador” (Toledo, em Giavarotti, 2012) a crise da habitação iniciada a partir dos anos 1940, cria-se a necessidade de metropolização, estimulando o processo de fronteira urbana, isto é, criando periferias, em que o Estado é ausentado de sua responsabilidade com a habitação, deste momento surgem as favelas. Em contra partida estimulando os novos negócios imobiliários de valorização das terras limítrofes, o Estado apresenta um grande problema para a cidade, pois o aumento populacional se intensificava cada vez mais desta industrialização de São Paulo, momento o qual às indústrias não precisavam mais convenientemente disponibilizar abrigo a população operária excedente, como faziam antes em forma de “vilas operárias” e “barracões”, como afirmou Zilda sobre o início das instalações das primeiras indústrias do Jaguaré. Diante deste excedente ‘exército industrial de reserva’ já formado desde as migrações das décadas de 50, 60 e 70, deixando tanto o Estado quanto as indústrias assim

de o fazer. Diante deste momento, o Estado se ausenta diretamente e o mercado imobiliário privado aparece como solução ao boom imobiliário e crise habitacional (4) (Bonduki, 2011), e a para as áreas periféricas a carência de infraestrutura, suporte e fiscalização do poder público se torna quase que inexistente (5), onde a lógica que predominava era a especulação imobiliária caótica e livre pertencente ao mercado privado de terras urbanas, o que ocasionara um potencial negócio imobiliário de loteamentos periféricos, caso do Jaguaré.

As primeiras famílias de migrantes que contribuíram para a formação do bairro e seu desvio, a favela (Silva) compõem a contradição da produção formal e informal do espaço do Jaguaré, aquelas que se sujeitaram a mobilidade do trabalho decorrente do processo de modernização industrial, formaram o mercado de trabalho por ali, sendo este a soma dos primeiro operários presentes na configuração do loteamento e outros que chegaram depois para ocupar o “chão das fábricas” ali instaladas, são ainda em sua maioria as mesmas que até hoje residem no espaço, algumas delas já se encontram na quarta geração como pudemos constatar, cujo as formas de espacialização apesar de diferentes e mudadas, ainda representam uma lógica caótica e crítica do processo de produção e reprodução das relações sociais do trabalho (Giavarotti, 2012).

O Jaguaré enquanto distrito periférico inicialmente planejado voltado a industrialização, tornou-se a demonstração da história da habitação proletária, isto é, alojando a população trabalhadora paulistana, muitos deles migrantes, mobilizados pelo mercado de trabalho potencial, onde com o tempo sua concentração e o excedente operariado pouco a pouco se transferiu para a favela. O novo bairro em seu processo inicial de valorização do espaço devido as obras de urbanização atraiu trabalhadores de outros bairros da cidade que se deslocavam de outras periferias a princípio, e depois se estabeleciam enquanto alternativa econômica para morar, uma vez que conseguiam um emprego nas indústrias ali recém instaladas, como nos relatou Luciana, companheira de Ditão, quando seu pai começou a trabalhar na Colgate.

Neste cenário de projeção do bairro Jaguaré a partir de lotes delimitados para indústrias e residências, a produção de um espaço descartável para uso rentável de ambas funções almejadas pelo loteador deu origem ao território da favela do Jaguaré. Uma vez que, com o aumento de uma população migrante com condições precárias de trabalho em

que a propriedade privada da terra já estava ocupada e foi estabelecida pelos primeiros moradores que tiveram acesso a compra facilitada em seu momento histórico dos lotes do loteamento.

O trabalhador migrante em São Paulo a partir de 1950 já fazia parte do ‘exército industrial de reserva’ transformado em mercadoria força de trabalho necessária ao capital urbano-industrial. A mobilidade do trabalho que Gaudemar (1977) aponta estar relacionada a expropriação da terra, separação entre terra e trabalho, é o sentido das migrações de trabalhadores que possuem uma liberdade contraditória ao acreditar-se que este tem poder de decisão sobre seu deslocamento, uma vez que transformados em mercadoria força de trabalho são obrigados a vender-se onde há demanda e imposição às reproduções do capital. Em outras palavras, a medida em que o bairro periférico se desenvolvia pelas forças produtivas industriais, a demanda por um mercado de trabalho impulsionava as migrações. As migrações enquanto consequência fundante da mobilidade do trabalho, transforma o trabalhador, desprovido de seus meios de produção, somente com seu corpo transformado em mercadoria força de trabalho, condicionado a vender-se no mercado de forças de trabalho onde espacialmente o capital determina sua demanda (Gaudemar, 1977). Processo fundante da própria metropolização de São Paulo como condição de existência de migração pela mobilidade do trabalho, em que os sujeitos livres deslocam-se “deliberadamente” de regiões nacionais menos valorizadas que os “liberam” para outras que as “recebem” para produzir e fazer o sentido da valorização pela concentração de trabalho e capital.

Contudo, nos questionamos principalmente sobre o desdobramento da mobilidade do trabalho para a formação da moradia autoconstruída do migrante que comprou um lote no Jaguaré, e sobretudo daquele migrante que se apropriou informalmente de um quinhão de terra da favela do Jaguaré em São Paulo, se a força de trabalho expropriada de seu lugar de origem, se vê na condição de expropriar de volta, num movimento de retorno à propriedade sem que precise realizar a compra, ou a troca monetária, produzindo ou não o valor de troca da mercadoria propriedade privada da terra urbana. Por que que apesar do favelado ocupar uma terra pública, a qual não comprou e não produziu valor através da compra e venda, e ainda sob a forma de vulnerabilidade da juridificação da propriedade privada do Estado, a consolidação histórica do morador na favela.

Assim observamos a demanda populacional de um grupo de trabalhadores migrantes do bairro Jaguaré, que excedia a oferta de lotes operários e propriedades privadas presente no espaço, além do fato das condições precárias de trabalho, cujo os salários reduzidos dificultam o pagamento de aluguel, impondo muitos a morarem para além da cidade, próximos a cidades vizinhas, outros deram início a ocupação do espaço público de área verde que veio a formar a Favela do Jaguaré.

2. A Favela do Jaguaré: A reprodução crítica dos trabalhadores e do espaço ou a espacialização colapsada da crise

2.1 A ocupação como desvio

A Favela do Jaguaré enquanto produção do espaço periférico da cidade de São Paulo, destinada a abrigar uma população de trabalhadores implicados pela mobilidade do trabalho (Gaudemar. 1977), passa pela pesquisa e estudo sobretudo da formação do bairro Jaguaré, sua história e seu desenvolvimento na totalidade da lógica do capital. Com isso, entende-se que o processo de constituição do bairro é uma parte importante da lógica de sua contradição, em que revele o espaço da favela (Silva, 2006) como desdobramento do processo de metropolização e modernização como um todo. Dito em outras palavras, a relação entre urbanização informal da autoconstrução de moradia nas periferias e o processo de acumulação do capital se deu através do processo de industrialização (Oliveira, 2003), a medida que a expansão das indústrias para as bordas da cidade demandava de excedente de força de trabalho uma urbanização crítica foi estabelecida como lógica para a produção do espaço (Damiani, 2009) do bairro Jaguaré enquanto desdobramento da valorização de terras das várzeas do Rio Pinheiros (Seabra, 1987).

A favela enquanto conjunto de moradias para a população de menores recursos, tem seu surgimento em São Paulo desde a década de 40, como uma condição mais precária que o cortiço (6), surge junto com o processo de intensificação da modernização de centros urbanos (Damiani, 1995). Antes do surgimento de favelas, os cortiços eram a moradia urbana mais acessível ao pobre, e teve seu crescimento após 1888, ano da

abolição da escravidão, também considerados “senzalas urbanas”, que nos termos de Marx em seu período histórico no centro do capitalismo apontava ser uma moradia aos “escravos do salário”, para aqueles cujos piores salários e valor-trabalho podiam acessar para reporem as energias do trabalho. Esse processo de produção da moradia da força de trabalho no Brasil, já descrevia de maneira precária o cotidiano da esfera social mais baixa da sociedade no Rio de Janeiro, formada por alguns brancos portugueses, escravos, índios e mestiços, migrantes do campo do final do século XIX.

Após os anos 1950, assim como também no Jardim Ibirapuera (Giavarotti, 2012), no Jaguaré, se verificou este momento, em que a produção horizontal “expandida das periferias” nos arredores da cidade de São Paulo, outrora subúrbios, em seu processo de metropolização consequente da industrialização, teve em vista a comercialização de lotes para migrantes operários, aqueles que tinham uma garantia de renda no mercado de trabalho local assim como oferta abundante de terras a preços baixos devido a desvalorização no mercado de terras, acessível a remuneração dos primeiros trabalhadores. Este foi o caso do pai de Zilda, mineiro que comprou a longas prestações um terreno muito mal localizado e desvalorizado, íngreme em frente a área da favela do Jaguaré, quando já era empregado nas indústrias locais, nos contou Zilda que tanto sua família quanto a família de seu tio, pai de Ditão que era “mestre de obras”, moraram lá, um ajudando o outro na autoconstrução, posteriormente o pai de Ditão mudou-se para ocupar o matagal.

“Só tinha mato, não tinha muitas casas. Aqui era bairro industrial. Eles (seu pai e tios) vieram moravam lá em baixo, eles (industriais) fizeram um barracão, tinha um barracão lá em baixo, onde hoje é o heliporto, eles moravam ali. Eles (pai e mãe de Zilda) se conheciam ali embaixo no barracão, onde foi a Comerit. Chamava barracão porque morava um monte de família, tipo um cortiço. Meu tio era mestre de obra. Eles vinham todo dia de noite tirar terra (no terreno comprador), porque aqui era barranco puro, é tanto e que a casa fica lá em cima (casa dos fundos). Essa casa é feita de barro, não é cimento, não tem nem coluna. Meu pai trabalhava nesta firma, que chamava CeraPrint, desse forro aqui (apontou para o teto). Mas antes deles (família do pai do Ditão) morarem lá em cima, na favela, eles morou aqui com a minha mãe. Eles moraram duas vezes

com a minha família, meu pai é o mais velho.” (Zilda, moradora do Jaguaré em entrevista)

Enquanto o pai de Zilda, o mais velho conseguiu vender-se no mercado de trabalho industrial local o que lhe garantia uma condição de assalariamento, condição esta que consequente de renda permanente no momento inicial da formação e demanda do mercado de trabalho e terras em seu período de formação da expansão da cidades para as periferias. O tio de Zilda, pai de Ditão, que já trabalhava na construção civil, condição essa diferente daquela assalariada permanente, e sim de renda temporária, fez com que tivesse outra trajetória na lógica do trabalho nesta periferia. Trata-se aqui, da lógica da formação formal e sua contradição informal tanto do mercado de trabalho, quanto de terras, visto que aqueles cujos salários puderam comprar um pedaço do espaço urbano, dado momento histórico de abertura econômica ao acesso a compra (Bonduki, 2011), lhes garantiam uma “juridificação do Estado” (Giavarotti, 2012) da escritura em cartório do terreno, caso do pai de Zilda. E para aqueles que não possuem trabalho formal, restam-lhe o trabalho informal, assim como uma moradia, num espaço informal, sem tal juridificação, caso do tio de Zilda.

Desta contradição do espaço tão peculiar das famílias migrantes de mesma origem mineira tem-se um fator temporal dado o momento histórico. O pai de Zilda, foi quem migrou primeiro para se instalar no Jaguaré, desde o início do projeto de Villares, ela nos conta que seu avô ajudou a construir o bairro. *“Aquele Relógio ali em cima chama Mirante do Jaguaré. Essa foi uma das primeiras coisas que constituiu no bairro. Era mato, matão. Quem construiu aí (o mirante) foi o pai do meu pai, eles que construíram o relógio.”* Trata-se então daquilo que Silva (2006) já havia descoberto, que parte dos trabalhadores contratados tanto para o desmonte hidráulico das obras de retificação do Rio Pinheiros pela *Light*, quanto para a produção do projeto do bairro, foram os primeiros moradores que continuaram no espaço e puderam dentro da condição inicial da comercialização dos lotes a oportunidade de compra, aquela em longas prestações pela demanda e garantia dos empregos também ofertados ali.

Embora a origem familiar de Zilda e Ditão fosse a mesma descendente de escravos, a qual nos relatou em seu depoimento, tem-se a constituição de dois momentos

históricos que deram trajetórias divergentes as respectivas famílias com a produção e migração para o espaço periférico do Jaguaré. Destes momentos dois processos, um de início e formação do bairro, por volta de 1940, o qual pertence a família do pai e avô de Zilda e sua situação diante do momento inicial da valorização de terra e trabalho, e outro de início e formação da favela, a qual pertence a família do pai de Ditão, irmão mais novo do pai de Zilda, migrante tardio para o bairro em 1960, em outra condição da lógica do trabalho. Segundo o próprio Ditão, seus pais moravam anteriormente na Lapa de Baixo e já trabalhava por lá com construção civil no bairro Alto da Lapa.

“A vó do meu pai, morou aqui com a gente, ela era cega, ela serviu no tempo da escravidão, ela serviu o povo na casa grandi. Tanto é que ela chamava minha mãe de sinhá, minha tia de sinhá, porque ela era escrava. Família do meu pai era escravo, minha mãe indígena. Ele (pai) conheceu minha mãe, era moça, ia buscar água na casa dele, aí ele falava “vou casar com você índia feia”, minha mãe xingava ficava brava com ele. Aí, acabaram casando, (ela era) 10 anos mais nova que ele. A gente não conheceu mãe de cabelo preto, ela ficou com cabelo branco nova. Era amiga da tia Cida (mãe do Ditão).” (Zilda, moradora do Jaguaré em entrevista)

Enquanto o cortiço era a forma precária de moradia no contexto ainda de uma economia colonial, posteriormente com o processo de industrialização, e formação do trabalho assalariado, essa forma de habitação foi sendo substituída pela nova lógica estabelecida pelo capital-industrial pela urbanização, sob o processo de valorização de terra, trabalho e capital no sentido da modernização. Embora esse processo de acumulação derivado do Estado moderno apresentasse outro modelo para as relações sociais de trabalho e produção, o surgimento das primeiras favelas apresentam características semelhantes de cortiços, do cotidiano das relações sociais desta mesma classe marginalizada e desprovida de terras e meios de produção para vir a tornar-se em primeiro momento operária para determinados setores da economia, como apontou Damiani (1995) sobre o processo de industrialização em Cubatão, destinada principalmente ao setor secundário da economia, mais explorada e mal remunerada. Com o tempo, sendo esta mesma população substituída aos poucos no sentido de sua rejeição

baseada no pensamento de branqueamento e higienização pelos migrantes brancos europeus, tanto para indústria quanto para o campo. Uma vez que a demanda por trabalho assalariado privilegiava os migrantes europeus, demanda esta criada pelos proprietários dos meios de produção e de terras, tal qual expos Villares em seu livro sobre seu projeto de bairro, para substituírem “o braço negro”, o processo de industrialização e a formação do mercado de trabalho e sua necessidade por mercado de terras relegavam aos migrantes em diferentes condições de sua valorização das terras e trabalhos em meios urbanos.

A dificuldade de morar minimamente regular na cidade moderna, nos anos 1940, excluído pela sua condição econômica pelo mercado de trabalho urbano-industrial, e não podendo consumir um aluguel, o trabalhador superexplorado, ou temporário, ou o excluído dos moldes formais de trabalho, se vê obrigado a procurar uma moradia mínima tal qual está sujeitado sua inserção crítica (Damiani, 2000), precária e desvalorizada tal qual sua força de trabalho no mercado, como colocado nas palavras de Carolina de Jesus, um “lugar de descarte de objetos pouco valiosos”, descartável, como um “Quarto de Despejo”, e a cidade como lugar luxuoso, onde concentra capital:

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”. (Carolina de Jesus – Quarto de Despejo)

Carolina sem entender os termos e categorias do capital já podia assimilar sua condição social de sujeito enquanto trabalhadora desempregada, enquanto uma mercadoria força de trabalho descartável, aquela menos valorizada e substituída no mercado de trabalho, cujo valor é o único necessário ao montante do excedente econômico para a oferta e procura e rebaixamento do custo dos salários, à sobra daquilo que Marx chamou de “exército industrial de reserva”, que a nosso ver trata-se de uma condição mais caótica da crise específica típica das ex-colônias. Nesta passagem, de Carolina de Jesus, entende-se bem a segregação espacial, que Seabra afirma quando aponta a relação entre valor trabalho e valor da terra urbana. Em que a premissa vulgar, aforismo da propriedade privada - “cada um mora onde pode” - refere-se a essa condição

social do valor trabalho atrelado ao consumo do espaço por outra mercadoria-corpo, a ser consumida por outrem para gerar valor. Contudo, com uma especificidade particular desta relação, pois foi a partir da formação do mercado de trabalho e mercado de terras que a ‘valorização do valor’ para as categorias trabalho e terra dois processos simultâneos consubstanciados, um a valorização do espaço outro a valorização do trabalho conduzem a acumulação do capital. O que nas palavras de Vainer (1984) tem o sentido nas migrações enquanto processo e forma de ser do espaço.

A formação da Favela do Jaguaré iniciada em 1962, que investigamos, permeia portanto todo o debate da reprodução dos moradores trabalhadores-favelados, transformados em mercadoria força de trabalho “fora de uso” determinados pelo processo de acumulação primitiva, que refere-se brevemente ao “processo de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 1984) e consequentemente pela determinação da mobilidade do trabalho expressa territorialmente desde sua formação, elaborada por seus primeiros moradores migrantes nas relações do espaço de suas respectivas famílias. A história dos migrantes que ali foram morar revela o processo de metropolização da cidade de São Paulo a partir da valorização da terra da área de várzea dos rios para posteriormente constituir o distrito Jaguaré enquanto negócio imobiliário em formato de loteamento ampliando o mercado de terras e de trabalho, e portanto, de capital (Seabra, 1987).

Neste contexto histórico, no distrito industrial do Jaguaré, diferentemente das parcelas industriais e residenciais do empreendimento, uma área verde com intensa declividade, próxima ao Rio Pinheiros, cuja a alta desvalorização, foi doada pela Cia Imobiliária Jaguaré da família Dumont Villares ao município. A área maior do que se formou a Favela do Jaguaré era de propriedade do município, usada como horto abastecendo às indústrias, uma pequena parcela próxima da linha férrea, pertencia a FEPASA (Ferrovia Paulista S/A) o que tornava o preço do barraco ou do aluguel dos barracos mais baixos nesta parte devido a insegurança e instabilidade de possível remoção (Freire, 2006). O propósito do engenheiro agrônomo sobre a área doada era formar um parque público com a intenção de ser utilizada para o lazer operário do distrito, com mirantes e churrasqueiras, mas posteriormente foi sendo ocupada gradativamente, vindo a tornar-se a atual Favela Vila Nova Jaguaré, tratava-se daquela

dimensão chamada de “*disposição do espírito*” se referindo ao controle e dominação de operacionalização do tempo livre do trabalhador pelas práticas sociais coletivas de lazer.

Os terrenos que normalmente veem a localizar as favelas são estes em que seu aproveitamento rentista para os loteadores é quase nulo, obrigando estes a doarem ao município para uso coletivo, destinando as piores glebas para fim de lazer ou escolar. Como foi o caso onde esta localizada a Favela do Jaguaré, que a princípio mesmo com uma função planejada ao seu uso prevista pelo loteador Villares no projeto de bairro, tornou-se desvio do mesmo (Silva, 2006). Devido as transformações do espaço, e diferentes formas de uso deste, a área da Favela do Jaguaré por possuir uma declividade alta, em alguns setores possuem maiores riscos geológicos e geomorfológicos encontrados para áreas de favelas o que sujeita a população a viver em locais de maior desvalorização na cidade, ao passo de serem consideradas de risco a vida. (Freire, 2006)

A rapidez e intensidade que o bairro crescia deu origem a seu outro, isto é a favela, de maneira simultânea desde a implantação do loteamento ate sua intensa industrialização, traduz um cotidiano programado sujeitado que interferiu na expansão da favela ate os dias atuais. Isto é, ao planejar o bairro com lotes de áreas privadas, para indústrias, residências e comércio, o loteador produziu consequentemente, o espaço público vazio e desvalorizado que ele mesmo criou ao remanejar o terreno e deixá-lo mais declivoso com o deslocamento de terras, onde posteriormente não era mais de seu interesse, sendo assim doado para ser de domínio publico, deste processo também se desdobrou o montante de trabalhadores migrantes mobilizados ao trabalho de urbanização do bairro, posteriormente desvalorizados tal qual a área da favela. Notamos que algumas indústrias esvaziadas no entorno da favela não foram ocupadas, sendo preservada a propriedade privada garantida pelo poder violento do Estado. Contudo as áreas de domínio público, tais como linha férrea, ruas e córregos atingiram uma expansão. Fato este que nos questionamos: por que o Estado garante o propriedade privada e não sua própria propriedade pública?

Com o tempo a área verde, destinada ao imaginário parque sugerido por Villares já doada ao município, onde havia ainda uma cobertura total de vegetação nativa foi sendo desmatada e seus barrancos utilizados como bancos de terras para aterros nos terrenos industriais, motivo de sua alta desvalorização, época aproximadamente do ano

1959, onde não haviam nenhuma presença de barracos (Freire, 2006). A continua depredação da área verde pública pelas indústrias do entorno, não detinha nenhuma fiscalização, pelo contrário, percebia um abandono por parte do poder público da cidade, que parecia ser o sentido da contradição da valorização das áreas ao entorno, concentrando então um valor (Seabra, 1987). Contradição esta que corroborou para posteriormente a ocupação e formação da favela, iniciada por volta de 1962 (Freire, 2006) a partir da constatação das primeiras moradias autoconstruídas.

2.2 A autoconstrução de moradias: a reprodução do trabalho e ampliação do capital

Cabe para este momento da pesquisa ressaltar a pesquisa da professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Taschner em “*Moradia da pobreza: habitação sem saúde*” (1982), volume 2, que apresenta dados e um vasto material descritivo de trabalho de campo sobre os moradores da favela do Jaguaré nos anos de sua formação, em conversa com os primeiros moradores da favela e com sua organização coletiva daquele momento. Trata-se de uma pesquisa do ponto de vista técnico e urbanístico cujo objetivo era trazer uma discussão social para o problema especial das habitações precárias insalubres do trabalhador da cidade. A autora apresenta alguma problematização marxista pertinente a reflexão da relação capital e propriedade privada da terra sob o processo de ocupação da favela do Jaguaré, contudo sua discussão aponta no sentido de questionar se a autoconstrução e a ocupação do terreno público estatal como contravenção da acumulação capitalista, isto é, enquanto “obstáculo” ao acúmulo de capital pela “retomada da terra” que não foi comprada, outrora expropriada em outro lugar (7), por ser um “sobretabalho” que não produz mais valia ao capitalista.

Taschner questionava: seria um trabalho que cria valor de uso para si mesmo, não cria valor nem mais valia para o capitalista? Além do mais, se o trabalhador resolvesse seu problema dentro do modo de produção capitalista, o trabalho que iria construir sua casa passaria a ser um trabalho produtor de mais valia para o empresário da construção civil. Seria desta forma, esta maneira de solucionar a habitação popular que estaria

furtando um setor da economia nacional ao modo capitalista de produção, comprometendo, portanto, a acumulação capitalista?

Segundo Oliveira em *Crítica a Razão Dualista* (2003), a autoconstrução de moradia favorece a acumulação capitalista ao verificar que as formas espontâneas de moradia rebaixam o custo monetário da reprodução da força de trabalho, propiciando assim certa acumulação. Giavarotti apresenta que o trabalho que faz a casa do trabalhador seria trabalho produtor de valor assim como o trabalhador na comunidade, o trabalho doméstico da mulher, todos eles trabalhos não pagos, tencionando o conceito de “sobretabalho” e autonomização, trabalho necessário a reprodução do trabalhador fora da fábrica, que também gera valor indiretamente. *“Enquanto valor, a força de trabalho representa um quantum de trabalho social realizado nela (...) o tempo de trabalho necessário a produção da força de trabalho se resolve, portanto, no tempo de trabalho necessário a produção desses meios de subsistência” (Marx)*. Dessa forma, o trabalho que faz a casa do trabalhador seria parte do tempo de trabalho necessário e poderia contribuir para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, um desdobramento do termo “sobretabalho” talvez mais parecido com o termo “trabalho não pago” do “valor dissociação” de Roswitha Scholz. Assim o auto-construtor contribuiria para o processo de acumulação capitalista quando compra o terreno somado as suas formas de reprodução não remuneradas para complementar a sua reprodução ao trabalho pago; e os meios de produção para autoconstrução, ao comprá-los, ele realiza a mais-valia neles contida também. Neste sentido, funciona como qualquer consumidor de mercadorias, ou seja, produz mais valia, a realiza no ato de compra e no “trabalho não pago” complementar a reprodução existencial fora da fábrica, em sua moradia. E poder-se-ia mesmo afirmar talvez que este trabalho de subsistência do trabalhador que constrói sua casa propicia a acumulação, em sua forma mais exploratória e precária para a sua reprodução e modo de vida.

2.3 O poder do Estado: “propriedade” ambígua da terra

Aparentemente tanto a ausência do poder público quanto as ações destrutivas das indústrias locais possibilitaram as ocupações graduais. Porém, constatou Taschner em

seus depoimentos obtidos verbalmente por ocupantes iniciais, que a prefeitura sob a figura do vereador (general Guariba) cedeu o terreno para construção dos primeiros barracos para alugar, permitindo ainda o uso de árvores antigas existentes no horto. (Taschner, 1982). Tem-se neste momento aquela contradição da valorização do espaço, em que o Estado legitima as ações das indústrias no processo de degradação e desvalorização da área para depois controlar o obsoleto espaço permitindo o seu uso com o monitoramento pelos primeiros ocupantes, uma vez que não tem o controle do aumento populacional da força de trabalho sobrando da cidade nem solução para sua habitação. Em um relato de 1978 de um morador antigo da favela, citada por Taschner.

“Relata João que, recém-chegado a cidade de São Paulo, vindo de Presidente Prudente, em 1962, alugou uma casa de 4 cômodos no Jaguaré, perto da igreja. Naquela época pagava CR\$ 10,00 por mês. Conversando com um moço da vizinhança, um mineiro, ele lhe falou que morava lá há uns 10 anos, em casa própria e durante todo esse tempo olhava para um “matão” da Prefeitura no qual nunca ninguém mexia. Convidou João para ocupar a terra, plantar qualquer coisa. João relutou um pouco, “o terreno não é meu, não sei não...”, depois cedeu. E lá foram, ele e o mineiro, derrubando o matagal. O mineiro, que já tinha casa, usou a terra só para o cultivo. João, além do seu roçado de mandioca do qual fala com os olhos brilhantes de orgulho, fez o seu barraco, para o qual se mudou com toda a família” (Taschner, 1982)

Esta condição “legitimadora” do Estado em ignorar às ocupações no início da formação da Favela do Jaguaré, não dando conta do contingente de trabalhadores excedentes mobilizados a formação do mercado de trabalho paulistano, aquele necessário à formação da “superpopulação relativa” e sua necessidade por habitação, reflete a tese antes discutida a respeito daquele momento em que o Estado também é agente do processo de valorização e desvalorização do espaço, agente segregador o qual Seabra aponta em *Dos Meandros dos Rios aos Meandros do Poder* (1987), uma vez que seu

planejamento urbanístico formal produz contraditoriamente uma urbanização crítica (Damiani, 2000).

Os primeiros moradores da favela usavam a área municipal de desmate, o que seria o proposto parque de lazer, para cultivos agrícolas principalmente de mandioca e cana de açúcar já existente em 1962, afirma Ditão ao lembrar disso na infância. Trata-se de uma forma do trabalhador melhorar suas condições de sobrevivência, em que qualquer economia é importante, os chamados quintais era a extensão da vida doméstica. A irrisória ocupação da extensa área verde permitia esse uso aos primeiros moradores, uma vez que podiam usa-la sob a autorização da prefeitura para fins agrícolas de sua subsistência. O bairro ainda em algumas áreas que não eram as de instalações de indústrias mantinha aparência de subúrbio, com falta de infraestruturas urbanas ditas modernas, sobretudo no entorno da incipiente “área livre” ocupada. Assim como relatou João para Taschner, podemos confirmar o início da ocupação local, através dos relatos da conversa com Ditão e Zilda. Ambos confirmaram a existência de um “matagal” na área da atual favela, assim como no restante do bairro, com muita arborização, como enfatizou Villares sobre seu loteamento residencial.

Apesar da transformação urbanística, de subúrbio aparentemente rural para recente periferia, com canalização de água e acesso a energia elétrica, tem-se uma ideia ilusória de facilidade da vida em meio urbano. Uma das necessidades básicas de subsistência do trabalhador: seu abrigo, um teto, o espaço íntimo para a acomodação necessária do trabalhador para recompor suas energias para o trabalho, trata-se de uma moradia mínima de acordo com seu salário mínimo. O barraco revela não somente a precariedade econômica do favelado, mas seu modo de vida, as características e fatores que determinam essa moradia e a consciência da trajetória de vida dessa população, romantizada pela conquista de um espaço e consumo em meio urbano “moderno” mesmo que periférico (8), como descreveu Clara na busca de “tentar uma vida melhor” diferente do meio rural, através das novas demandas de trabalho industrial-urbano.

No início da ocupação da favela, os barracos eram feitos predominantemente de madeira pelos próprios ocupantes, como foi o caso do pai do Ditão, que era “mestre de obras” um dos primeiros moradores, que reaproveitava materiais e produzia inclusive seu próprios moveis a mão. A autoconstrução de moradia sobretudo na favela com materiais

reaproveitados apresentava dois motivos aparentes, um a possível desocupação iminente outro a condição econômica das famílias, uma vez que não mal conseguiam se sustentar e mesmo pagar por uma moradia proveniente de uma propriedade privada. Nesta ocasião, “se passava muita necessidade” relatou Ditão, pois por ter uma família grande, com oito irmãos e o salário baixo, todo o custo da família ficava sobre a responsabilidade de seu pai, e posteriormente dos irmãos mais velhos que “com uma certa idade tinham que ajudar” (Ditão), tinha-se a ideia camponesa incutida nas famílias migrantes de origem rural, caso do pai de Ditão, de que a quantidade de filhos ajudariam por meio do trabalho nas condições do sustento familiar.

Dona Cida, mãe de Ditão trabalhava no serviço doméstico, o qual ela dizia ser bastante penoso na época. Sua tarefa, não apenas de cuidadora dos afazeres do lar não havia a “facilidade de hoje”, cuidava também do roçado e horta da família e dos nove filhos. Neste momento a área que tornou-se Favela por ainda não haver uma população considerável para o Estado a nível de sua atenção e intervenção das condições de salubridade, não havia os programas de eletricidade PROLUZ, de abastecimento de água potável PROAGUA, coleta de lixo, correios, transporte, etc. (Taschner, 1982). Sendo assim, segundo Zilda, por ser uma área com muita mina d’água, às pessoas utilizavam de tanques coletivos para ter acesso a água, se deslocando por muitas vezes a distâncias consideráveis, tal papel era maior parte desempenhado pelas mulheres, a quem eram atribuídas às tarefas domésticas, como nos afirmaram Dona Cida (mãe de Ditão), Zilda e Clara. Afirmou Zilda:

“E lá eles conheciam aqui como vila das mina, não por causa das meninas, mas pelas minas que tinha aqui. Tem uma mina de água que vem do Relógio (do Jaguaré).”

“Quando o povo veio morar aqui, fazer favela, ali tinha um poço de água que o Seu Amadeu falou que era dele e tinha cana, depois foram tirando para construir barraco e continuaram com a cana.”

“Limparam, quando ficou aquele racionamento de água, limparam porque os moradores novos ali encheram de lixo, fizeram uma porcalhada na água. Ai quando precisou ai eles limparam e colocaram uma bomba, qualquer

pessoa pode pegar. Ali antigamente cada um lavava roupa, morador novo quando chegava aqui pedia para lavar, lavava roupa lá tinha que deixar tudo organizado. Não podia ficar com brincadeira sujando a água não! Ai depois com o tempo, comprava o tanque colocava lá direitinho.” (Zilda, moradora do Jaguaré, em entrevista)

A constituição da família proletária superexplorada desprovida e violada pela constituição da propriedade privada estabelecida no Jaguaré é dentro do processo de acumulação do capital um desdobramento mais crítico da sua “face oculta” (Giavarotti, 2012), isto é, o trabalhador industrial mais desqualificado em sua remuneração, transformado em mercadoria força de trabalho era o pai de família, provedor de dinheiro e sustento dos outros membros da família, o que torna a sujeição da mulher ainda mais crítica para o “trabalho não pago” penoso. Devido ao pouco recurso *“a dona de casa, nas famílias pobres, que tem de fazer, ela própria a maioria dos trabalhos domésticos, fica sujeita aos processos mais primitivos, que a obrigam a desnecessária fadiga.”* (Villares) Trata-se não só do “trabalho não pago” das atividades domésticas para manter a reprodução e reposição energética gasto pelo trabalhador, mas também do papel que é imposto a mulher enquanto *“mãe de família”* de prover todas as outras condições conjugais relacionadas também a *“disposição de espírito”* e *“horizontes mentais”* (Villares) do trabalhador ao ambiente familiar.

A falta de recursos proveniente da baixa remuneração colocava as famílias expropriadas da propriedade privada em condições de constante humilhações tanto primária quanto secundária, sobretudo nas formas de suas reproduções cotidianas e vulnerabilidade a margem de segurança civil aquela garantida pela violência extraeconômica do Estado somente a quem tem propriedade privada legitimada. No final de 1962 existiam 10 famílias morando na área, de acordo com Taschner, dentre elas podemos inferir de acordo com o depoimento de Ditão, que sua família era uma dessas primeiras ocupantes. Segundo relatos, a ocorrência de um conflito entre moradores com porte de faca, atraiu a polícia o que colocou em evidência as ocupações irregulares e problematizar a desocupação da área.

“Ele (João) com sua esposa e filhos, D. Zefa com suas 2 filhas casadas e respectivas famílias e outras famílias do Nordeste. Foi quando um dos genros de D. Zefa esfaqueou a esposa. Veio a policia e a ordem para desocupar o terreno. João foi a prefeitura, ao Serviço de Patrimônio da Rua da Gloria, falou com o responsável na época e este lhe deu um prazo de seis meses para deixar o local e que se “tudo corresse bem” ele deixa continuar, coisa que aconteceu.” (Taschner, 1982)

Neste fato relatado por João a Taschner, a presença do Estado aparece para manter o controle e monitoramento da ocupação e sua população de maneira remota, dando ao morador devido aos seus contatos com a administração pública a condição de ser identificado *“como fiscal ou ajudante da prefeitura e a gerir a ocupação do espaço físico da favela”* o que anos mais tarde seria eleito *“o primeiro presidente da Associação de Moradores da Favela Vila Nova Jaguaré”* (Taschner, 1982). A persistente busca pela necessidade de ocupar o espaço da favela enquanto estratégia de sobrevivência, devido as dificuldades destas famílias se reproduzirem e em ter outro lugar para morar e manterem-se próximas ao local de trabalho, que desde o início com a permissão estratégica do Estado se ausentando de garantir habitação popular, foi possibilitando o acesso a outras famílias a se instalarem na área.

Se o trabalhador superexplorado é produto da crise do trabalho, o barraco é a moradia da crise, assim como a não moradia é o estado mais crítico alarmante da crise, aqueles excedente do mercado de trabalho já completamente desvalorizado, por condições diversas a mercadoria força de trabalho descartada por improdutividade absoluta, considerados miseráveis, marginalizados, são órfãos, drogados em situação de moradores de rua, deficientes mentais, os mendigos, os que já se encontram desempregados e sem família para estruturarem-se através daquelas condições contraditórias dissociadas estabelecidas como não trabalho. O crescimento da pobreza e o crescimento da população favelada do Jaguaré esta relacionada diretamente com o crescimento da economia e excedente e desvalorização da força de trabalho e valorização do mercado de terras, a quantidade de desemprego e a crise da habitação, que se

desdobrou posteriormente na extinção definitiva dos cortiços e ações de despejos (Bonduki, 2011).

As dificuldades em pagar o aluguel e manter a família apenas com salários reduzidos, ou outra renda que não era provida por um contrato de assalariamento, atraíram muitos moradores à área verde doada a Prefeitura onde está localizada a atual Favela do Jaguaré, em busca de abrigarem-se de imediato evitando situações de despejo e possível instalação na rua. Diante destas situações de dificuldades financeiras para manterem-se no mundo do trabalho, os moradores que foram para a favela buscaram saídas através de “mecanismos de divulgação” que no cotidiano estão relacionados ao acesso por meio informal através do “boca a boca”, isto é, indicações de um amigo, vizinho ou parente, “compadre” como costumam se referirem uns aos outros mais chegados, como foi o caso do seu João, mas também parecido com o de Homério e Natalina, Neves e Odilon, como afirma Taschner, e dos pais do Ditão e de Luciana.

“Sou da zona norte. Ai quando eu vim pra cá, para o Jaguaré, uns 35 anos atrás. A gente morava de casa alugada lá, a gente não sabia o que era favela, ai meu pai trabalhava aqui na Colgate e conheceu um guarda que trabalhava junto e falou que tinha uma casa no Jaguaré vendendo. Ai meu pai pegou até um dinheiro do Baú da Felicidade, do Silvio Santos, pegou um empréstimo e comprou essa casa (de alvenaria na favela), ai meu pai construiu com a gente lá dentro, ai depois meu pai fez a da vizinha. Ai foi evoluindo (o processo de casas de alvenaria) ai de lá pra cá foi indo, mas ainda tem casa de madeira, mas praticamente tudo virou alvenaria.”(Luciana, moradora da favela do Jaguaré em entrevista)

“João orgulhava-se da condição de “fundador” da favela. Soube da existência do terreno por um vizinho da sua antiga casa alugada perto da igreja do Jaguaré. Depois de construído o barraco, buscou, no interior paulista, sua família e a instalou na favela. É um homem moreno, alto, magro, bastante idoso. Nasceu em 1911, em Nova Exu, mas passou a maior parte de sua juventude em

Crato, cidade natal do “Padim Ciço” de quem falava com todo o respeito.”
(Taschner, 1982)

“Homério habita em lote próprio, em Osasco. Ha 2 anos não consegue pagar a mensalidade do terreno. Trabalha na CEAGESP e gasta Cr\$ 35,40 de condução; 5,40 de ônibus na ida e Cr\$30,00 de taxi na volta (preço de 1978), porque retorna de madrugada e teme os assaltos, frequentes no local onde mora. Segundo ele, enquanto não o expulsaram do lote, vai ficando. “Senão, eu vou arrumar um terreno da Prefeitura e monto o barraco”. Pensou em montar sua casa na favela do Jaguaré pois é próxima do seu trabalho e tem colegas do CEAGESP que lá habitam” (Taschner, 1982)

“Maria das Neves seguiu seu marido, oriundo de Serra Talhada, em Pernambuco. Adaride veio “tentar a sorte” em São Paulo. Viajou com uma comadre cujo filho já morava na favela, e ficou alojada em casa desses amigos durante quase 2 anos ate conseguir autorização para construir seu barraco. Odilon também chegou na favela por relações de parentesco: ali residia seu irmão, que migrara antes.”(Taschner, 1982)

Como pudemos observar sobre a mobilidade de trabalho como motivo de deslocamentos e das migrações dos trabalhadores que produziram o espaço da Favela do Jaguaré, desdobrada de sua constituição de contradição identitária do processo de “valorização do valor” crítica, têm suas condições sujeitadas a “transgressão da propriedade privada” (Giavarotti, 2012) de seu momento histórico econômico na totalidade modernizante municipal para São Paulo, anos 60 e 70. Trata-se de um processo desdobrado da logica de acumulação de capital já desgastadamente abordado, que se reproduz nas diferentes escalas do espaço, desde o global ate o local, caso este que ocorre dentro do próprio bairro periférico, seria talvez a favela a fronteira periférica (9) do bairro (10) enquanto centro para esta favela, em contradição das “relações sociais de produção do espaço urbano” condição do processo de “reprodução ampliada de periferias” (Giavarotti, 2012).

Neste sentido, “a propriedade informal” provenientes das ocupações em áreas públicas ou privadas formadas favelas referem-se a contradição originária da urbanização formal do espaço, produzindo uma “urbanização informal” (Oliveira, 2003). Nos termos de Damiani, a “urbanização crítica” enquanto “impossibilidade do urbano para todos”, o urbano na condição de “involucro burguês”, “não havendo emprego e moradia para a maioria” premissa da “negatividade absoluta do trabalho” (Damiani, 2000) e valorização diferenciada da terra. Sendo assim a espacialização da segregação social por trabalhadores outrora temporários que deixa de ter caráter passageiro na cidade para uma possibilidade de pertencer ao urbano. *“Subjetivamente a favela constitui-se na negação virtual do cativo da construção, consubstanciadas no sonho de trabalhar nas demais indústrias, em empregos permanente e de melhores salários, que a permanência sedentária do ‘peão’ desperta”* (Damiani, 1995). Sobre esse processo identitariamente contraditório de produção da periferia que já percebia na própria pele, em sua cor, Carolina de Jesus viveu aquilo que Seabra (1987) afirmava ser a condição de dois mundos distintos conviverem no mesmo espaço, separados pela lógica econômica do valor:

“Esse processo, ao mesmo tempo em que vai multiplicando os centros e valorizando esses espaços periféricos, constrói uma forma de banimento social e espacial exemplificado por grandes bolsões de pobreza urbana, nos quais se verifica a presença da cor como condição social da reprodução urbana. Porém, também produz tensões ao aproximar a pobreza da riqueza e ao mesmo tempo apartar mundos tão diferentes.”(Seabra, 1987)

Nas décadas de 1970-80 houve uma mudança no olhar que o poder público dava as favelas. Se no começo da década a ênfase era a remoção, embasada em generalizações preconceituosas e banais, nos seus meados já admitiam-se alojamentos provisórios e no seu fim, o crescente aumento do número de favelados consequente da diminuição do salário real (Giavarotti, 2012), o aumento do preço da terra, a crescente repressão aos loteamentos clandestinos “obrigaram” o poder público, agora admitir a favela como moradia definitiva, a permitir, ao menos nas áreas municipais, a permanência dos seus ocupantes. O Estado se apresentava de maneira ambígua: de um lado, a defesa da

propriedade privada; de outro, a obrigação de cuidar do bem estar total da população, a respeito da sua forma regente da sociabilidade civilizatória nos moldes da ordem entre as relações impostas pelo capital, apenas mediando e controlando os sujeitos sociais, que para a Favela do Jaguaré, teve seu papel controlador sobre o processo de ocupação. Segundo Bonduki (2011) a chamada “abertura política” força o poder público a um maior atendimento das reivindicações da população que levantava melhores condições de vida.

Uma vez que, a demanda por propriedades privadas já havia sido estabelecida e adquirida sobre os lotes do bairro, e a valorização imobiliária expressa no preço do aluguel, muitos trabalhadores cujos salários não condiziam para uma reprodução social mais acessível da terra, foram condicionados para deslocamento às regiões mais afastadas, e ocupar a área verde do Jaguaré em crescente ocupação. A partir de então, a ocupação crescia rapidamente a partir dos anos 1970, uma vez que a prefeitura havia reconhecido a existência da favela e dado início a algumas ações institucionais. Diferentemente do processo de aquisição por meio de troca contratual legitimada pela “juridificação do Estado” (Giavarotti, 2012), isto é, compra e venda de loteamentos estabelecidos em cartório, o processo de ocupação de “áreas livres” de favelas, ocorre a revelia da mediação efetiva pelas mãos do Estado, que controla remotamente acompanhando este processo de ocupação. Neste sentido, posse e recorte do terreno total da área se dava informalmente e desordenada, trata-se de uma autogestão do espaço pelos próprios moradores ocupantes, que simularam neste início enquanto sujeitos “proprietários informais” (Giavarotti, 2012) criando aos poucos um mercado informal de terras faveladas e barracos.

Segundo Taschner o processo de ocupação do território da favela do Jaguaré se deu de modo lento e paulatino, o primeiro morador, o João, se colocava na posição de vigilante sobre o solo, é a ele a quem os outros pretensos ocupantes se dirigiam pedindo permissão para ocupar a terra, visto que esta posição de controlador da área era estrategicamente garantida pelo Estado, porem não era uma posição de autoridade legitimada nos moldes formais de contrato de trabalho, era apenas uma troca informal de favores, a Prefeitura deixava ele morar em troca dele fornecer informações sobre o uso do espaço. Essa semelhante forma de apropriação privada da terra pública da favela foi

inicialmente estabelecida com delimitações físicas, com cercas de madeira e arame contornando os primeiros pedaços usados para agricultura familiar própria. Como João, a família de Ditão fez o mesmo, pois como já foi dito, cada um tinha seu roçado, como nos relatou pessoalmente seu caso. No caso do Jaguaré, houve um acordo permissivo pessoal de João ficar na favela, representante de poderes supralocal responsáveis pela favela do Jaguaré, eram estes o Serviço de Patrimônio, Regional da Lapa, SEBES, CEBES, Regional do Butantã (Taschner, 1982).

A luta pela permanência e divisão do espaço da favela do Jaguaré crescia a medida que os recém-chegados foram disputando os espaços pré-determinados por uma lógica desordenada e irregular autogerida. Esse processo vigiado pelo Estado de longe, colocava os moradores mais antigos, que tinham se apropriado maiores frações de terra para seus quintais de subsistência em disputa desse espaço diante da construção e demanda de novos barracos e famílias necessitadas crescente na cidade, de um período já mencionado de maior valorização de terra e desvalorização de trabalho pelo excedente demanda criada. João, como relata Taschner (1982), teve que disputar contra a direção da Associação que, segundo ele, queria se apossar do roçado de mandioca para a colocação de novas unidades. E sempre que isso acontecia, se dirigia novamente aos seus contatos externos para a preservação do “seu terreno público”.

“Falei com o Dr Hécio Couteiro dos Santos, do Serviço de Patrimônio da rua da Gloria. Aquele era o homem que falou, tá falado. Dr Hécio disse que quem manda na favela sou eu. “Pra roça do João não vai ninguém. Ele é o homem que esta nos ajudando aqui... “Se eu não telefono pro douto, teriam acabado com a minha roça.” (Joaão, Taschner 390)

Diante da conjuntura de crescimento incontrolado da favela do Jaguaré, com a chegada de forças de trabalhos atraídas cada vez mais pelo aumento das instalações de indústrias no local e seus rebaixados salários, João não teve como manter seu roçado, ocupado por outras construções de barracos. Segundo Taschner foi a própria engenheira da Regional do Butantã quem delimitou a cerca do terreno e não a Associação de

Moradores, que já não tinha tanto poder para isso na favela. Segundos relatos na pesquisa de Taschner, João teve problemas com os diretores da Associação a respeito das novas construções, que o próprio julgava clandestinas, aquelas impróprias a ocupação devido o alto risco geológico, o que causou um conflito de poder entre as lideranças faveladas, o que trouxe em evidencia também processos relacionados a apropriação do espaço e permissão de morar por meio de pagamentos impróprios aos diretores. Trata-se neste momento da formação contraditória de um mercado informal de terras faveladas, visto que o processo de valorização de terras estava sendo estabelecido também para dentro da favela, também produzido pelo Estado, quando este determina onde são áreas de alto risco de desmoronamento.

Este processo de ocupação paulatino e crescente teve a mediação do Estado de modo diferente ao longo dos momentos de tensão desta aglomeração da mercadoria força de trabalho descartável no espaço da Favela do Jaguaré. Se no início da ocupação o Estado acompanhava remotamente, sempre controlando e monitorando as ações e relações sociais desdobrada de uma sociabilidade “civilizatória” (mediando legalmente as brigas e atritos), posteriormente o Estado vai interferindo sobre o modo da ocupação para os primeiros moradores propondo uma organização de sua autogestão, através da Associação de Moradores, sugerida e mediada externamente por ele (Taschner, 1982). Com a disputa do espaço público posteriormente mais caótica numericamente densa, impôs ao Estado uma intervenção ativamente sobre a ocupação, uma vez que se fazia necessário sua demonstração de “poder coercitivo pela violência econômica” sobre esta população marginalizada, coagindo-a pela “humilhação burocrática” da falta de acesso a legitimação da propriedade privada expressa na recriminação com “força opressora de violência policial”, na tentativa de desmobilizar o “fetiche da mercadoria” barraco ou fração da terra favelada que se estabelecida de maneira conflituosa pelo mercado informal de barracos na favela. Como confessou Neves em seu relato, reiterando a autoridade do Estado sobre a área pública:

“então eu achava ate bom que a Prefeitura pegasse isso aqui e vendesse; achava bom, queria ver gente dar uma de dono pra cima dos otro, é muita tolice, acho tolice porque nem é deles, nem é da gente é da Prefeitura. O dia que a

Prefeitura quiser toma, toma mesmo, ne? No dia que ela quiser vai tudo na rua, o cara aqui se vire, quem fez, fez; quem não fez se vire, uai?” (Neves, em Taschner, 1982)

2.4 “Autogestão” e relações políticas na Favela do Jaguaré: fetiche de uma “propriedade privada” sob a propriedade pública do Estado, a formação dos patrimônios na periferia e a crise do trabalho

Se até os anos 1970, início da ocupação total da área da favela do Jaguaré, após este período, o acesso a um fragmento de terra favelada não era mais muito simples para os almejados ocupantes seguintes aos primeiros chegados, moradores proprietários informais, como eles pensavam ser a priori. Alguns trabalhadores ficavam tendo consciência das dificuldades do acesso a terra da favela posteriormente. Existia um tipo de organização no começo da favela de origem externa, tratava-se da Ação Comunitária do Brasil, cujo objetivo era organizar os moradores para os ajudar na solução de seus problemas. Segundo Taschner, os moradores tinham consciência da presença da Ação na favela, *“o povo que fazia reunião era tudo da Prefeitura, tinha bastante moça e uns rapaiz, trabalham aí da Ação Comunitária... agora faz tempo que não tem reunião”* (Neves, moradora da favela em entrevista, em Taschner, 1982)

Havia uma diretoria da Associação de Moradores da própria Favela do Jaguaré que era eleita por voto voluntário dos moradores. Seu mandato durava um ou dois anos, mas a participação parecia ser baixa. Taschner coloca que o vice-diretor, Sr Geraldo, quando entrevistado não soube informar qual a percentagem de participantes da Associação entre os moradores da favela. As primeiras eleições foram organizadas pela Ação Comunitária, que teria dirigido todo o processo eleitoral, escolhendo os candidatos e os mesários, orientando a redação dos estatutos e o registro da sociedade. Nesta época dos anos 1970, existia um senso que realizava pesquisas e interferências por meio desses órgãos externos governamentais para obter as informações sobre as favelas.

No início de sua ocupação a área da favela era vigiada e controlada por esse pequeno grupo da Diretoria da Associação dos Moradores. O Sr Geraldo relata o processo “oficial” para se ter acesso a um barraco no Jaguaré: “todos os recém-chegados

tem que pedir permissão a União dos Moradores”. Segundo ele, essa permissão não estava sendo dada, já que a favela estava cheia: eram 60 hectares, com cerca de 3000 famílias (estimativa da Associação para 1978; o cadastro de 1973 indicou 845 barracos), com exceção das “áreas congeladas” da Prefeitura. Segundo a equipe que apoiava o Sr Geraldo, como o fiscal era da diretoria, a “oposição” poderia acobertar a construção de um barraco novo mesmo que houvessem pessoas que recebiam pagamentos por isso. Em depoimento a Taschner, Neves passou pelo “processo legal”, em 1975.

“Adaride (marido de Neves) foi numa reunião pra arruma esse lugar aqui, lá na Diretoria lá em baixo. Tem que pedir, rogar e se ajoelhar nos pés dos outros pra eles dá. Porque eles não queriam deixa faze barraco aqui de jeito nenhum. Agora é o ano passado é que entro uma diretoria nova foi que fizeram ai barracos adoidado, mas eles não queriam mais que fizessem barraco, ai teve reunião, ai a D. Marcisa ai em cima e ela falava que eles não queria que fizesse mais barraco(Neves, moradora da favela em entrevista, em Taschner 388)

Segundo Taschner quando Neves estava levantando seu barraco veio uma ordem da Prefeitura e *“quem já tava coberto, ficô, quem não tava, não conseguiu terminá. Então muitos dele cobria de noite e quando amanhecia o dia, tudo bem”*. Neves conhecia superficialmente a “burocracia da favela”. “A Diretoria manda aqui, eles tem esse negócio lá. Eles que mandam...” Soube enumerar os diversos presidentes: “Seu João depois o Zé Brasilio, agora o Adalberto. O compadre Everaldo também trabalha lá”, e deu sua opinião sobre a atuação deles:

“o que encheu mais o saco é o Adalberto, porque a gente fala com ele que tão jogando lixo ai em cima desses barraquinhos que tão ai e ele nunca foi home de vir olhar. Os outros não; qualquer reclamaçãozinha que a gente fosse fazer quando ia vê ele chegava, principalmente o Ze Brasilio, e o Seu Cicero. O Seu Cicero qualquer coisinha que ha por aqui, é doença, qualquer precisão que a gente tenha era só chegar que ele sobe, e vem aqui em cima... É só o Adalberto

que não liga, quando era os outro não tinha esse enxame de barraco ai nos canto, tudo perigoso”. (Neves, moradora da favela em entrevista, em Taschner 388)

Outro relato de chegada e acesso a favela foi de Odilon, também apresentado por Taschner. Odilon que chegou ao Jaguaré depois de Neves, em 1976, identificou o Seu Adalberto como o “fiscal” da Prefeitura, que não queria deixar construir o barraco porque temia desbarrancamento, mas que no fim endossou a construção.

“Falei com os fiscais ai que não quiseram arrumar lugar. Disseram que era perigo, não sei o que. Ai depois falei com o Seu Adalberto. Seu Adalberto disse: “se vira”. Seu Adalberto fiscal. Ele falou: Só não vou garantir a vida de vocês ali. Falei assim pra ele: -quem garante a vida da gente é Deus e mais ninguém”. (Odilon, morador da favela em entrevista, Taschner , 1982)

Os próprios moradores possuem uma percepção ao trabalho dos diretores para controlar o espaço físico da favela do Jaguaré se dava de forma difusa entre para cada um. Neves, que faziam 7 anos na favela desde a data da entrevista, e morou uns 2 anos no barraco de uma comadre, no próprio Jaguaré, conhece os mecanismos de acesso a um quinhão de terra e a um barraco de maneira diferente que Odilon. Odilon, por sua vez, também teve como primeira moradia em São Paulo um barraco no Jaguaré, o de seu irmão, onde ficou, com a família, cerca de 2 meses. Seu acesso ao barraco, bem menos problemático que o processo de Neves. Isto porque, não havia uma “autoridade” totalitária concreta no espaço da favela, embora houvesse a Associação com suporte da Prefeitura, o que houve foi um enfraquecimento crescente desta “autoridade” desses membros com o aumento rápido e descontrolado do numero de ocupantes. Afirma Neves no começo em seu processo *“com os outros não tinha esse enxame de barraco ai nas pirambeira”*. Dizia Espindola, o tesoureiro da Associação de Moradores *“toda semana chegam 4 a 5 famílias novas e poucas conseguem sair”*.

Tem-se que o crescimento da Favela do Jaguaré não se deu apenas por iniciativa popular, políticos da região incentivaram a ocupação e a própria Prefeitura endossa a ocupação quando no final da década de 60 a COHAB – Companhia

Metropolitana de Habitação de São Paulo coloca dezenas de famílias no terreno, num programa de desfavelamento de outras áreas de habitações precárias próximas. Esta ação encorajou o aumento das ocupações e a favela foi se expandindo para as áreas de maior risco, como o caso de Odilon, associado a escorregamentos, num processo contínuo de aglomeração dessas áreas: primeiro se ocupa as áreas melhores para construção, sobre o ponto de vista dos acessos e declividade do terreno e as famílias que chegam a posteriori se apropriam dos espaços remanescentes, ficando com as áreas mais distantes e de maior risco por terem grandes inclinações, apesar de toda burocracia dentro da favela para ter acesso a terra.

2.5 Segunda conclusão: Produção do espaço urbano periférico e a forma reprodutiva

Damiani, em sua pesquisa de mestrado sobre o processo de favelização em Cubatão por meio da industrialização e urbanização local, já apontava a reprodução da vida para o trabalho dos migrantes temporários e sua condição de uma moradia temporária que fixava-se com o tempo, uma moradia vulnerável de baixo custo e tempo indefinido, aparentemente provisório, em sua produção espacial inicial. Tratava-se, de trabalhadores mais desvalorizados em seu mercado de trabalho, aqueles mais explorados pelas indústrias e construção civil, do segundo setor da economia. Semelhante a este processo da formação do polo industrial de Cubatão, e em simultaneidade histórica, os anos 1970 refere-se a este adensamento dessa população explorada excedente dos mercados de trabalho e terras urbanizadas “próprias de cidades de rápido desenvolvimento” (Damiani, 1995), já pré-estabelecidos pela urbanização formal às primeiras levas de migrantes e condições salariais dos migrantes europeus. O mesmo processo ocorreu para o Jaguaré, uma vez mobilizados ao trabalho de produção planejada do bairro e suas indústrias, o montante de trabalhadores da construção civil e para o “chão de fábrica”, dentre outros descartados no mercado local de trabalho, por sua baixa remuneração foram aqueles que buscaram outras alternativas de rendimento informal, que vieram a formar a Favela do Jaguaré.

Às bordas da favela voltada para dentro do bairro, se confundem com a trama urbana oficial, já são consideradas áreas de maior valorização da favela, por alguns moradores se vendem como fora da favela, pelo esforço estético dos moradores com o tempo pela regulação da construção. Segundo Giavarotti (2012) a ausência de escritura os invalida enquanto proprietários frente a um certo nível de juridificação do Estado, o que no limite inviabiliza a comercialização legal do imóvel informal, ainda em seu processo contraditório de valorização do espaço, mas que ao nível de alguma efetividade o contrato de compra e venda garantem a relação de troca entre as partes. A favela não é um espaço homogêneo, como se pensa no senso comum, nela possuem ilhas de miséria e alguma valorização espacial (Damiani, 1995) com lugares “bem localizados” que outros. Isto porque, dentro dela existem uma diferenciação de renda dos trabalhadores-moradores por tamanho de suas famílias (11) e pelo tempo estabelecido na favela (12), além do fato da garantia de permanência o que faz o morador investir na autoconstrução aos poucos, como relata Ditão:

“A gente morava tudo aqui, na verdade aqui era um barracão que meu tinha feito pra nos, que nos somos em nove irmãos, era um barracão bem grandão de madeira e telhas de zinco e chão de terra cadeira banco de madeira, tinha uns cinco cômodos grandes, meu pai era meio doido. Ai depois, a morte do pai, fomos crescendo, aquela coisa toda, foi dividindo a família. Ai aqui (vizinha de mesma parede) a minha irmã mora aqui (ao lado), eu aqui, minha mãe mora em cima, e minha outra filha tá construindo em cima. Então isso aqui eu paguei pra fazer, eu trabalhei de motorista. Todas às casas são separadas.”(Ditão, morador da favela do Jaguaré em entrevista)

Se no início da formação da favela a moradia era feita por autoconstrução com materiais diversos baratos ou achados, como explica Ditão, posteriormente a favela foi transformando os barracos em casas de alvenaria com luz elétrica e água encanada, cada um com às suas instalações, diferente das primeiras favelas paulistanas ou dos cortiços que a água e luz era obtidas em áreas comuns. Ao longo do tempo às vias, vielas de barro vão tornando-se acessos pavimentados, se integrando fisicamente em algumas partes com

o tecido urbano com a do bairro periférico da cidade. Na precariedade do trabalho com remuneração dificultosa a suprir as necessidades, a ausência de dinheiro como mediador da troca de equivalentes não se faz presente na obtenção do material da moradia autoconstruída na favela, a condição de encontrar outros meios de apropriar de objetos descartados que outrora tiveram valor no mercado, refaz o sentido do valor de uso que estes objetos ainda podem possuir.

Contudo, nem sempre os barracos eram construídos com madeira de descarte e reaproveitamento, os moradores compravam os materiais mais econômicos para construir suas moradias, normalmente madeira e telhas de amianto. Só com o tempo, a partir dos anos 80, a porcentagem de unidades de madeira foram diminuindo sendo substituídas por alvenaria, material comprado aos poucos pelos trabalhadores, sobrando atualmente apenas alguns barracos em lugares mais vulneráveis e de baixa valorização dentro da favela, próximos a linha do trem, ao norte da ocupação. O padrão de consumo até mesmo para o favelado aumentou, significando sua inserção crítica pelo parcelamento de seu endividamento no mercado de bens de consumo, por meio de crediários possibilitando seu acesso a mercadorias outrora impossíveis. Ditão tem uma noção deste cenário quando compara as dificuldades de sua infância com os dias atuais, eram momentos diferentes.

Além dos barracos estabelecidos para moradia, em 1973, segundo dados da administração Regional da Lapa, a Favela do Jaguaré continha 579 barracos; ambulatório médico, escola primária, 10 quitandas, 21 bares, 1 barbearia, 2 sapatarias, 1 salão de beleza, 2 costureiras, uma associação religiosa e outra esportiva (Taschner, 1982). Trata-se de início, de novas formas de alguns moradores enxergarem nesta estratificação da lógica social-econômica um potencial comércio e serviço dentro da própria comunidade de acordo com a renda das famílias, estabelecendo condições de acesso fácil a monetarização desta população. Isto é, o cotidiano de consumo mais acessível de acordo com o potencial precário de sua situação na lógica do fetiche da mercadoria, serviços tidos como supérfluos agora era de acesso ao favelado, como salão de beleza, barbearia. A Favela do Jaguaré aos poucos constrói um “território” parcialmente autônomo de suas necessidades na lógica da mercadoria e com características próprias similares aos espaços da cidade. Novas formas de uso do espaço constrói uma valorização heterogênea na

própria Favela do Jaguaré de acordo com a diferenciação de renda entre os trabalhadores, pagos de acordo com a valorização da sua força de trabalho. Sobre esse cenário econômico dentro da favela ainda é uma questão não resolvida sobre as formas encontradas de se inserirem no mundo monetário da mercadoria com uma economia interna.

A partir de então, o aumento constante da população se traduzia em adensamento das áreas pré-estabelecidamente ocupadas, fragmentação dos barracos existentes para barracos menores e verticalização das construções, geralmente para abrigar familiares migrantes, filhos e netos casados. O exemplo de Ditão, afirma este caso de adensamento e evolução de membros de sua família e de sua moradia, desde quando morava com os pais até os dias atuais.

“Então temos seis filhos na verdade. (Moram) Aqui comigo, aqui dentro, na casa, tão passeando hoje. E minha outra filha tá construindo aqui em cima, em cima da minha (casa) tem a da minha mãe, e em cima ela tá construindo. A gente ajuda no que pode, já casou, e tá aguardando o apartamento, mas até sair esse negocio do apartamento. É aquele apartamento do “minha casa minha vida”, tá aguardando a chamada, e tem que ter uma verbinha. Porque eu falei pra ela - Não adianta você casar, pagar aluguel você não consegue, então você faz ai, vai ficando ai, juntando dinheiro, e depois vai embora. Ainda mais hoje, que não se ganha tanto, vai pegar ai sustentar uma família e pagar aluguel não sobra nada, não sai daquele negócio, não sai nunca do aluguel. Ai quando ela for pra casa dela, para o apartamento dela, ai eu vou comprar a casa dela (no terceiro andar que ela esta construindo com dinheiro próprio). (Ditão, morador da favela em entrevista)

Por se tratarem, em sua maioria de terrenos municipais, a ocupação e crescente adensamento de barracos rapidamente próximos ao mercado de trabalho, permite um prazo longo e maior garantia de permanência, uma vez que estes terrenos não são muito valorizados e pouco fiscalizados, assim a expropriação (13) por parte do Estado ainda não se encontra no plano econômico viável de seu interesse à acumulação. Tem-se

contraditoriamente a condição da existente área enquanto desvalorização para valorização e concentração de valor de outras áreas centrais dentro do mercado imobiliário e fundiário da cidade (Seabra, 1987; Giavarotti, 2012). O Estado tende a assistir a ocupação sob controle remotamente, fazendo o monitorando de maneira violenta e coercitiva aos moradores contendo os limites espaciais de suas ocupações. Contudo, o fantasma que assombra qualquer morador da Favela do Jaguaré, o caráter provisório da favela no início de sua formação, antes era um risco maior com a consolidação atual pela quantidade de barracos e tempo firmado a constituição da propriedade privada informal se torna um campo de formação de uma valorização interna, formando um mercado imobiliário informal que mesmo não legitimada pelo Estado enquanto propriedade também constitui-se na totalidade da renda da terra urbana (Giavarotti, 2012).

Se outrora fazia sentido o morador gastar o mínimo possível na construção de seu barraco, uma vez que não tinha condições financeiras para esse fim, sendo retirada do salário e renda do trabalhador superexplorado procurar estratégias de autoconstrução de abrigo e reprodução mínima da vida do trabalhador, feita de materiais de restos de construção improvisadas, além da humilhação em que o risco de sua remoção pelo poder público e perda de tudo era na gênese da ocupação um primeiro momento da produção do espaço cotidiano dos migrantes recém chegados tardiamente na cidade, década de 60 em diante, na condição de procurar os “restos”, as “sobras” espaciais urbanas, aquelas descartadas pelo de uso formal da lógica do invólucro burguês. Diferentemente momento do processo que foi transformando e produzindo o espaço da favela predominantemente por moradias de alvenaria ainda precária e uma estabilidade e permanência maior, território já consolidado, o qual vem se expandindo horizontalmente, com a fragmentação dos cômodos e otimização da área da favela diminuindo os espaços comuns e de deslocamento, além de sua verticalização e aglomeração generalizada. Como é o caso do Ditão, que esta construindo um terceiro andar para sua filha morar.

O processo histórico de produção do espaço informal da Favela do Jaguaré também é o processo de reprodução mínima do trabalhador migrante diante do processo de acumulação do capital e precarização e desvalorização de seu trabalho, apresentado como crise iminente a qual todos os moradores estão sujeitados. Desta relação contraditória simultânea entre valorização do trabalho e do espaço, pressupõe a condição

sujeitada por uma mobilidade espacial dos corpos (Vainer, 1984) em que para o caso do Jaguaré desdobrou vários momentos para chegar na forma desviada mais crítico deste processo revelando a Favela do Jaguaré a espacialização da lógica de segregação da urbanização formal que produz uma urbanização crítica (Damiani, 2009) em seu revés.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica da habitação do trabalhador explorado paulistano e a favela como alternativa determinando a “moradia da pobreza” é consequência do processo de segregação sócio-espacial característico da industrialização, e é mais que um tema corriqueiro discutido por estudiosos sobre o espaço urbano. Trata-se ao nosso ver de um processo de modernização retardatária, que se desdobra na produção do espaço urbano que constrói e reconstrói a cidade de São Paulo enquanto território de concentração de capital através da mobilidade do trabalho pressuposta da territorialização do capital e sua lógica de acumulação ampliada. Traduzindo-se para a escala espacial mínima, o barraco enquanto espaço mínimo do trabalhador migrante superexplorado e sua família de se reproduzirem, repondo as energias consumidas pelo trabalho para o próprio trabalho, seja ele não trabalho ou trabalho informal.

Foi a partir do planejamento formal urbano visto enquanto promissor negócio imobiliário para acumulação do capital ao loteador do distrito do Jaguaré frente a expansão da industrialização e urbanização da cidade, qual faz parte o processo de metropolização de São Paulo, que diversos loteamentos periféricos surgiram nas bordas da cidade, depois dos Rios Pinheiros e Tietê, dentre outros no limite do município urbanizado, para citar outro exemplo, o Jardim Ibirapuera assim como o Jaguaré, tem em sua contradição a produção também de espaços decorrentes de uma urbanização informal, loteamentos e ocupações informais surgidas a partir do formal.

A Favela do Jaguaré traduz-se como um território colapsado, fronteira produzida pelo avesso da produção planejada do espaço urbano periférico, onde a reprodução ampliada do capital reflete e tem como condição fundante a reprodução social de sua força de trabalho mobilizada, colocando o trabalhador como mercadoria deslocada de sua

origem a ser superexplorada em outro lugar de destino e demanda do capital em sua forma cumulativa a constituir um “exército industrial de reserva” paulistano, desdobramento de uma expansão industrial resultado do processo de desenvolvimentista nacional. Trata-se de dois processos simultâneos consubstanciados, um a valorização do trabalho outro a valorização do espaço.

No que tange às consequências da mobilidade do trabalho importa ressaltar a formação de um mercado de trabalho amplo a partir dos anos 1950, com intensificação das migrações para o processo de industrialização das metrópoles. Neste cenário São Paulo atraía muita demanda por trabalhadores, uma vez que o excedente dessa força de trabalho faz parte das formas de ampliação do capital, através da oferta e demanda de trabalho oferecida. O “exército” de trabalhadores em São Paulo crescente desdobrou-se numa exploração contínua e ampliada, assim como necessitava sua lógica exploratória. As primeiras famílias migrantes deste período consolidaram a expansão populacional e espacial da urbanização paulistana, cada qual reproduzindo-se de acordo com as suas condições pré-estabelecidas do capital. Sobre as quais sujeitam a população de famílias faveladas, no modo de sua reprodução crítica e a produção do espaço urbano periférico também de modo crítico.

As relações precárias de moradia do trabalhador favelado inserido na lógica do trabalho e da acumulação capitalista revelam as relações sociais de trabalho. Uma vez que, a família e a moradia são condições básicas necessárias para a recomposição das energias do trabalhador para o trabalho, fora da fábrica, mas para a fábrica. Trata-se de uma moradia que revela um espaço mínimo para esta recomposição, já que a exploração induz salários mínimos ou rendas irrisórias. Diante desta realidade urbana, o trabalhador com sua remuneração baixa pouco consegue reproduzir-se nas condições mínimas de sobrevivência urbana (contas: água, luz, gás, alimentação, consumo de bens, aluguel ou casa própria), visto que não possui acesso a propriedade privada para alugar ou realizar o desejo de comprar a própria casa. O preço de morar próximo ao seu local de trabalho, onde a urbanização já está consolidada, remete a uma valorização da terra nos espaços planejados, ao passo que áreas com valor de uso baixo, tais como mangues, várzeas de rios, e morros declivosos tornam-se opções de ocupação residencial – positivas, no

sentido que escolhe onde quer morar e - negativas cujo o trabalhador não tem muitas alternativas diante de sua baixa renda.

Sobre a valorização do terra, dois aspectos são pressupostos a esta condição, tratam-se da expropriação e da segregação (Seabra, 1987). O deslocamento mobilizado pelo capital da força de trabalho, expressa uma expropriação anteriormente imposta ao sujeito da terra e de seus meios de produção, não lhe restando alternativas, a não ser vender parte de seu tempo a outrem. Alguns trabalhadores mobilizados, na década de 50 conseguiam comprar seu terreno as longas prestações, depois disso o acesso às formas de compra foram sendo cessados por falta de condições de financiamento e crédito no mercado, assim como a diminuição dos salários de acordo com o poder de compra e inflação, ao longo do tempo. No momento da década de 1970 em diante, que com o forte aumento das migrações e aumento do mercado de trabalho em São Paulo, a exploração e a diminuição dos salários dificultavam ao trabalhador ter acesso a compra de sua própria propriedade, para tanto, as formas de segregação espacial já estabeleciam suas representações econômicas e sociais.

A problematização e investigação do processo de favelização no bairro Jaguaré, sua gênese traduz a própria contradição da produção planejada deste espaço. Sendo a projeção do próprio distrito Jaguaré a contra-projeção da Favela Jaguaré, um sendo parte do outro, e não separados. Sendo assim, o estudo da produção do território da favela estudada, se traduz também na produção do seu bairro, no que diz respeito aos desdobramentos do processo de modernização brasileira e momento da metropolização da cidade de São Paulo. Portanto, tem-se que o bairro a priori já é apresentado para atender um processo crescente na cidade. Trata-se de um projeto de urbanização e industrialização formulado desde o início para suprir as demandas da acumulação e territorialização do capital mesmo que desdobrando relações sociais catastróficas e colapsadas no espaço da cidade de São Paulo. Seria então esta uma especificidade da periferia do capitalismo, um modelo de urbanização crítica desdobrado de sua modernização tardia para as ex-colônias? Qual a condição de valor da terra para a formação da pseudo propriedade privada de terras públicas das ocupações? Como se constituiu e por que existe um mercado informal de barracos e terras faveladas? Seria a apropriação dessa terra uma expropriação da terra pública, enquanto retomada (ou roubo)

a aquela primeira expropriação da acumulação primitiva? Muitas questões ainda estão em aberto e em tensionamento para entender a economia política do espaço e as relações sociais mediadas pela forma mercadoria para este objeto de estudo a Favela e os favelados do Jaguaré.

NOTAS

- (1) Informações dadas em seu livro *Urbanismo e Indústria em São Paulo* 1946.
- (2) Em seu livro *Quem deu asas ao homem - Santos Dumont - sua vida e sua glória*, Villares colocou que a iniciativa da imigração europeia foi “primitivamente iniciada pelo Senador Vergueiro”, o mesmo fazendeiro relatado no livro do suíço Thomas Davatz *Memorias de um colono no Brasil* 1858, o qual denunciava as condições de trabalho para o proletário rural na fazenda Ibicaba. Villares aponta também outros nomes do Conselheiro Antônio Prado e Martinico Prado, e enaltece sobretudo seu avo Henrique Dumont “já então, mandava buscar na Itália, a sua custa, numerosas famílias de trabalhadores, habituados as lides rurais” (Villares, 1946, pg 24)
- (3) Outros rentistas de menor elitização, Villares refere-se a donos de cortiços.
- (4) Também promovida pelo Estado na reorganização das leis de rentismo, inquilinato, aluguel desmobilizando a produção do espaço para a finalidade de moradias para baixa renda.
- (5) O Estado controla de longe a produção do espaço, a favela vigiada pela força violenta coercitiva do Estado, a polícia.
- (6) Propriedade privada para população pobre após escravidão, cidade colonial.
- (7) Motivo da mobilização do trabalho.
- (8) Termo positivado na concepção dos moradores migrantes, normalmente de origem rural visão alienada/ fetichizada de sua condição sujeitada ao capital urbano-industrial.

- (9) Condição mais crítica derivada do próprio loteamento periférico planejado pela lógica formal, embora ocupação informal, ha dentro da favela um mercado de barracos e rentismo de aluguel.
- (10) Bairro periférico na escala municipal, mas centro da favela.
- (11) Contribuintes para renda total familiar.
- (12) Aqueles que se estabeleceram primeiro por ordem de chegada, em seu momento histórico de migrante expropriado.
- (13) Visto que a primeira expropriação do trabalhador transformado em mercadoria força de trabalho pelo processo de acumulação primitiva o trouxe a cidade, seria a segunda expropriação seria retirar o trabalhador vulnerável de áreas de ocupação para exporta-lo para áreas ainda mais longínquas ou nenhuma?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. “Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria”. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2011.

BONDUKI, N e ROLNIK, R. “Periferias, ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho”. Programa de Estudos em Demografia e Urbanização – PRODEUR – Cadernos de Estudo e Pesquisa 2. Universidade de São Paulo, FAU.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização crítica e produção do espaço”. In: Revista Cidades – A cidade e o urbano: uma busca conceitual, Vol. 6, núm. 10, 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Geografia Política e novas territorialidades”. In: OLIVEIRA, A. U. e PONTUSCHKA, N. N. Geografia em perspectiva. Ed. Contexto, São Paulo, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Cidade (Des)Ordenada e o cotidiano”. In: Revista do Departamento de Geografia USP. Vol 9, São Paulo, 1995.

DAMIANI, Amélia Luisa. “A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica”. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

DAMIANI, Amélia Luisa. “O lugar e a produção do cotidiano”, In: Novos caminhos da geografia, Hurtec, São Paulo, pg. 161-171, 1999.

FERREIRA, João Sette Whitaker. “Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”, In:

Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. Boitempo, São Paulo, 2010.

FREIRE, Luis Mauro. “Encostas e Favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré”. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. “Mobilidade do trabalho e acumulação do capital”. Estampa, Lisboa, 1977.

HEIDEMANN, Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”. In: Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/ SPM, 2004.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. “O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho”. Dissertação de mestrado. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2012.

KOWARICK, Lúcio. “A espoliação urbana”. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

KURZ, Robert. “O colapso da modernização”. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1993.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. “Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro”. Dissertação de Mestrado em Geografia. Orientador Dr. Anselmo Alfredo. FFLCH – USP. São Paulo, 2012.

MARX, Karl. “O Capital – crítica da Economia Política”. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas), São Paulo, 1985.

MARX, Karl. “O Capital – crítica da Economia Política”. Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas), São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. “Elegia para uma re(li)gião”. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. “Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco”. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In: Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole. Orgs. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Editora Contexto, São Paulo, 2004.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho”. In: Revista Cidades – A cidade e o urbano: uma busca conceitual, Vol. 6, núm. 10, 2009.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo”. 1987.

SILVA, Flavia Elaine. “Favela, que negócio é esse?” Dissertação de mestrado; orientadora Amélia L Damiani. São Paulo, 2006.

TASCHNER, Suzana Pasternak. “Moradia da Pobreza: Habitação sem saúde”. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1982.

VAINER, Carlos B. “Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória”. Rio de Janeiro: PUR: Editora da UFRJ, 1984.

VAINER, Carlos B. “Política migratória recente no Brasil – notas para uma avaliação”. In: Colóquio internacional – estrutura de emprego e dinâmica espacial da força de trabalho. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1985.

VILLARES, Henrique Dumont. “Urbanismo e Indústria em São Paulo”. São Paulo, edição do autor, Revistas dos Tribunais Ltda., 1946.

VILLARES, Henrique Dumont. “Quem deu asas ao homem – Santos Dumont – sua vida e sua glória”. São Paulo, edição do autor, Revistas dos Tribunais Ltda., 1953.